



**I PLANO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO**

(MINUTA para Consulta Pública)

Câmara Intersecretarias de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável

Rio de Janeiro

Dezembro de 2018

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO 1 – DIRETRIZES DO PLANO	9
Diretriz 1 - Promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.	9
Diretriz 2 - Promoção do Abastecimento e Estruturação de Sistemas Descentralizados, de Base Agroecológica e Sustentáveis de Produção, Extração, Processamento e Distribuição de Alimentos.	16
Diretriz 3 – Promoção, universalização e coordenação das ações de segurança alimentar e nutricional voltadas para povos indígenas, povos e comunidades tradicionais.	30
Diretriz 4 - Promoção da alimentação adequada e saudável, pelo fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis da atenção à saúde, estratégias de educação alimentar e medidas regulatórias.	36
Diretriz 5 - Promoção do acesso universal a água de qualidade e em quantidade suficiente, com prioridade para as famílias em situação de insegurança hídrica e para a produção de alimentos.	50
CAPÍTULO 2 – AÇÕES PARA CONSOLIDAR O SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	53
CAPÍTULO 3: DESAFIOS INTERSETORIAIS DE SANS	57
CAPÍTULO 4 - MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	61

LISTA DE SIGLAS

ABIO - Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro

AIAM - Associação Indígena Aldeia Maracanã

ANATER - Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

ASPA - Sistema da Produção Agrícola

ATAN - Área Técnica de Alimentação e Nutrição

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural

ATEPA - Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aquícola

AUP - alimentos ultraprocessados

BLH - Bancos de Leite Humano

BPC - Benefício de Prestação Continuada

CadÚnico - Cadastro Único para Programas Sociais

CAE - Conselho de Alimentação Escolar

CAISANS - Câmara Intersecretarias de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentáveis

CDIND - Conselho Estadual dos Direitos Indígenas
CONSEA RJ - Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional

CEASA - Centrais de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro

CECANE - Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar

CEDAE - Companhia Estadual de Águas e Esgotos

CENTRO POP - Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua

CEPERJ - Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro

CGU - Controladoria Geral da União

CIB - Comissão Intergestora Bipartite

CRAS - Centros de Referência de Assistência Social

CREAS - Centro de Referência Especializados de Assistência Social

DAP - Declaração de Aptidão ao Pronaf

DCNTs - Doenças Crônicas Não Transmissíveis
DHAA - Direito Humano à Alimentação Adequada

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

DIVDANT - Doenças e Agravos Não Transmissíveis e Promoção da Saúde
EBIA - Escala Brasileira de Segurança Alimentar

EAAB - Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
ERJ - Estado do Rio de Janeiro

FAO - Agência das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação

FEAS - Fundo de Assistência Social

FECIA - Fórum Estadual de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos do Estado do Rio de Janeiro

FETAG - Federação dos Trabalhadores na Agricultura

Fiocruz - Fundação Oswaldo Cruz

FIPERJ - Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro IGD - Índice de Gestão Descentralizada

GTIAM - Grupo Técnico Interinstitucional de Aleitamento Materno

HAC - Hospital Amigo da Criança

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDACO - Instituto de Desenvolvimento e Ação Comunitária

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INSAN - insegurança alimentar e nutricional

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPP - Instituto Pereira Passos

ITERJ - Instituto de Terras do Estado do Rio de Janeiro

LOSAN - Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social

MPA - Ministério da Pesca e Aquicultura OIT - Organização Internacional do Trabalho ONU - Organização das Nações Unidas

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NBCAL - Normas Brasileiras de Comercialização de Alimentos para Lactentes e Crianças de Primeira Infância e de Produtos de Puericultura Correlatos

NIREMA - Núcleo Interdisciplinar de Reflexão e Memória Afro descendente

OMS - Organização Mundial de Saúde PBF - Programa Bolsa Família

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PAS - Programação Anual de Saúde

PARA - Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos

PCT - Povos e Comunidades Tradicionais

PES - Plano Estadual de Saúde

PESAGRO - Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNAE - Programa de Alimentação Escolar

PNAISC - Política Nacional de Assistência Integral à Saúde da Criança

PNIAM - Política Nacional de Incentivo ao Aleitamento Materno

PNAN - Política Nacional de Alimentação e Nutrição

PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PNDS - Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde

PNSAN - Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

PPA - Plano Plurianual

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar PLESANS - Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável

PSE - Programa Saúde na Escola

REANE - Rede Estadual de Alimentação e Nutrição Escolar do Rio de Janeiro

RGP - Registro Geral de Pesca

SAN - Segurança Alimentar e Nutricional

SEA - Secretaria de Estado do Ambiente

SEAPPA - Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEC - Secretaria de Estado de Cultura

SEDHMI - Secretaria de Direitos Humanos e Políticas para Mulheres e Idosos

SEEDUC - Secretaria de Estado de Educação

SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SEPPIR - Secretaria de Políticas e Promoção da Igualdade Racial

SES- Secretaria de Estado de Saúde

SESAI - Secretaria Especial da Saúde Indígena do Ministério da Saúde

SETRAB - Secretaria de Estado de Trabalho

SIAPEC - Sistema Informatizado de Controle Agropecuário

SISAN - Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

SISVAN - Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional

SMASDH - Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos

SNVS - Sistema Nacional de Vigilância Sanitária

SPI - Serviço de Proteção ao Índio

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

SUS - Sistema Único de Saúde

SUVISA - Superintendência de Vigilância Sanitária do Estado do Rio de Janeiro

UBS - Unidades Básicas de Saúde

UFF - Universidade Federal Fluminense

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo

INTRODUÇÃO

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) vem sendo objeto de políticas públicas no Brasil, especialmente nos últimos 15 anos, com repercussões positivas nas condições de saúde e nutrição da população brasileira, ainda que desafios importantes precisem ser enfrentados. Os dados do Suplemento de Segurança Alimentar e Nutricional da PNAD/IBGE 2013, construídos com base na Escala Brasileira de Segurança Alimentar (EBIA), mostram que a ampliação do percentual de domicílios com segurança alimentar e nutricional, verificada no Estado do Rio de Janeiro (ERJ) entre 2004 e 2013 foi de 14,8%, passando de 71,6% para 82,2% de domicílios nesta condição. No entanto, ainda permanece o desafio de garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) para a população fluminense, tendo em vista que 17,8% dos domicílios fluminenses ainda se encontra em situação de insegurança alimentar e nutricional, que o estado é altamente dependente da importação de alimentos e que a cidade do Rio de Janeiro sempre esteve entre as capitais que possuem a cesta básica mais cara do Brasil.

O enfrentamento deste quadro requer a combinação de políticas intersetoriais e investimentos nos campos da produção, extração, beneficiamento, abastecimento, comercialização e acesso aos alimentos; da vigilância nutricional e sanitária; da educação alimentar; da alimentação escolar; do acesso à água para consumo e produção de alimentos; da assistência alimentar a grupos vulneráveis; do acesso à terra, ao crédito e a assistência técnica para a produção agroecológica de alimentos; das ações de Alimentação e Nutrição; da pesquisa e formação em SAN entre outros temas que devem compor uma Política Estadual de SAN. A articulação destes campos será buscada por meio deste Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (PLESANS), onde estão indicadas as iniciativas e as competências de cada Secretaria na execução de programas e ações voltadas ao cumprimento da obrigação do Estado de garantir o acesso à alimentação saudável como direito fundamental.

O Plano se orienta pelo conceito de SAN da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), Lei federal nº 11.346/2015, que define que a SAN “consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis” (LOSAN, 2015).

Conforme estabelecem as Leis estaduais nº 5.594/09 e 5.691/10, este Plano foi elaborado pela Câmara Intersecretarias de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentáveis (CAISANS), a partir de um processo de pactuação intersetorial. A elaboração do Plano foi iniciada com a formação de Grupo de Trabalho formado por técnicos estaduais, pesquisadores e membros do CONSEA-RJ. Foram realizadas reuniões com a Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento (SEAPPA), Secretaria de Estado de Saúde (SES), Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC), Secretaria de Estado do Ambiente (SEA), Centrais de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro (CEASA), Instituto de Terras do

Estado do Rio de Janeiro (ITERJ), Secretaria de Estado de Trabalho (SETRAB), Secretaria de Estado de Cultura (SEC), Secretaria de Direitos Humanos e Políticas para Mulheres e Idosos (SEDHMI), Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro (CEPERJ) e CASA CIVIL para sensibilização e mobilização das Secretarias de Estado para participarem da I Oficina de Elaboração do PLESANS. Na oficina realizada no dia 24 de agosto de 2018, que contou com 45 participantes, foram apresentados os programas que são executados e que possuem aderência às diretrizes da Política de SAN, dentro da competência de cada pasta. Neste encontro também foram apresentados dados sobre a situação da segurança alimentar e nutricional no Estado que compuseram o diagnóstico. Neste processo, buscou-se incorporar contribuições da sociedade civil através do diálogo com o CONSEA-RJ, efetivado através da discussão do Plano, o que aconteceu em 3 plenárias e 1 reunião extraordinária. O conselho apreciou e referendou o plano, com a ressalva de que em suas próximas versões, o processo de elaboração do plano conte com processos ainda mais participativos, com a participação dos conselhos municipais.

A obrigatoriedade e o prazo para a sua elaboração foram determinados pela Lei Estadual nº 5.594/2009 e pela Adesão do ERJ ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). Um dos parâmetros legais definidos pelo Decreto Presidencial nº 7.272/2010 para a elaboração dos Planos pelos Estados que aderiram ao SISAN é que a sua elaboração ocorra no âmbito do Plano Plurianual (PPA). Atendendo a este dispositivo, o I PLESANS terá vigência de um ano, encerrando-se com o PPA 2016-2019, em dezembro de 2019. No entanto, ele conterá um capítulo que apontará alguns dos principais desafios intersetoriais a serem perseguidos no próximo plano, e que precisam ser amadurecidos no diálogo participativo e intersetorial. O intuito deste capítulo é superar a limitação posta à inclusão de novas ações no I PLESANS, em decorrência da necessidade de compatibilizá-lo ao PPA vigente. Pretende-se com este apontamento, orientar o processo de elaboração do próximo PPA, que deverá ocorrer no primeiro semestre de 2019, possibilitando a inclusão de iniciativas ainda não incorporadas no I PLESANS na programação das secretarias de Estado para o período 2020-2023.

Com base num diagnóstico construído a partir da utilização de dados secundários, registros administrativos e pesquisas, buscou-se construir um documento capaz de apontar as principais situações de insegurança alimentar e organizar as ações de governo que são empreendidas para o seu enfrentamento. O Plano se organiza com base nas diretrizes da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional definidas pelo Decreto nº 7.272/2010. Apresenta programas e iniciativas públicas financiadas pelos diversos fundos e setores de governo. No primeiro capítulo, organizado a partir de 5 diretrizes, é apresentado o Plano de Ação para 2019, precedido de um diagnóstico e contextualização, elaborado a partir dos indicadores de monitoramento da PNSAN, e da descrição e breve avaliação das políticas estaduais vigentes. O segundo capítulo é dedicado à avaliação dos esforços e o planejamento do estado referente à estruturação do SISAN. No terceiro capítulo são apresentados os desafios intersetoriais. O Plano se encerra com o capítulo de monitoramento e avaliação, em que se descrevem as estratégias e se definem os indicadores de contexto, produto e resultado para cada um dos objetivos do PLESANS.

CAPÍTULO 1 – DIRETRIZES DO PLANO

Diretriz 1 - Promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.

A falta de condições de acesso das famílias mais vulneráveis aos alimentos, especialmente pela baixa renda, é um dos principais fatores da insegurança alimentar e nutricional. A grave crise econômica, social e política que vive o Estado do Rio de Janeiro têm agravado as condições socioeconômicas da população, com o aumento do desemprego, da pobreza, da extrema pobreza e da população em situação de rua, ao tempo que são cada vez mais escassos os recursos destinados a políticas que atendem à população mais vulnerável à fome. As mulheres e a população negra são ainda mais afetadas pela crise, enfrentando maiores dificuldade para assegurar a suas famílias uma alimentação adequada e saudável.

Os mais recentes indicadores de pobreza sugerem que o Brasil voltará ao Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas (ONU), do qual havia saído em 2014, quando o país atingiu o menor percentual de pessoas vivendo em extrema pobreza (5,1 %) (IBGE/PNAD, 2014)¹. Em 2017 o país voltou a um índice de extrema pobreza quase igual ao de 12 anos atrás (11,8%), o que significa que a miséria está voltando de forma acelerada, e com ela a fome (IBGE/PNAD Contínua, 2017). Dados recentes revelam um empobrecimento acelerado da população no Brasil e no ERJ, onde a pobreza extrema, muito ligada ao desemprego, triplicou entre 2016 e 2017, saltando de 143 mil para 480 mil domicílios (IBGE/PNAD Contínua, 2017).

Outro aspecto que compromete sobremaneira este acesso é o elevado preço dos alimentos. Segundo a Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) (2018), referente a setembro de 2018, a cesta básica na cidade do Rio de Janeiro é a quarta mais cara do país (R\$ 417,05), perdendo apenas para São Paulo (R\$ 432,81), Florianópolis (R\$ 431,30) e Porto Alegre (R\$ 419,81).

Dados do Suplemento de Segurança Alimentar e Nutricional (IBGE/PNAD, 2013) mostram que a ampliação do percentual de domicílios em situação de segurança alimentar e nutricional no ERJ, entre 2004 e 2013, foi de 14,8%, passando de 71,6% para 82,2% de domicílios nesta condição. No entanto, permanece o desafio de garantir o DHAA para a população fluminense, tendo em vista que 17,8% dos domicílios fluminenses ainda se encontra em situação de insegurança alimentar e nutricional (INSAN). A INSAN no ERJ é maior do que a média para a região sudeste (16,4%), e se agrava em domicílios que possuem pessoas menores que 18 anos, chegando a 22,9%, e a prevalência de domicílios em INSAN moderada e grave, que representa maior vulnerabilidade à fome, foi de 5,1% em 2013 (IBGE/PNAD, 2013).

¹ A população em situação de extrema pobreza é a com rendimento domiciliar per capita de até R\$ 70,00 e a em situação de pobreza de até R\$ 140,00 referente a junho de 2011 e deflacionado/inflacionado pelo INPC para os meses de referência de coleta da Pnad.

Considerando a deterioração das condições de renda apontadas pelos dados supracitados, é provável que a pesquisa que será publicada no primeiro trimestre de 2019, também com base na EBIA, apresente um cenário mais grave.

Nas grandes cidades do estado, sobretudo na região metropolitana, é possível observar o aumento expressivo da população em situação de rua. Estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) estima que existam 101.854 pessoas em situação de rua no Brasil, sendo que, destes, 77,02% habitam em municípios de grande porte, com mais de 100 mil habitantes. Segundo este mesmo estudo, apenas 47,1% da população de rua estimada está cadastrada no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) (IPEA, 2016)². Um levantamento realizado em janeiro de 2018 pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos (SMASDH) e o Instituto Pereira Passos (IPP) aponta que havia um total de 4.628 pessoas em situação de rua, apenas no município do Rio de Janeiro. Deste total, 3.715 estavam efetivamente nas ruas da cidade, enquanto 913 encontravam-se em unidades de acolhimento. Este número pode ser ainda maior, tendo em vista que a situação de violência no ERJ não permitiu a entrada em determinadas áreas da cidade. Esses dados apontam a necessidade de estimular a inclusão da população em situação de rua no CadÚnico e de ampliação da rede de acolhimento.

Outro segmento que merece atenção é a população idosa. O Rio de Janeiro é o estado com maior parcela da população idosa do Brasil, o que representa 18,7% do total dos moradores em 2016, enquanto a taxa para o país é de 14,4% (IBGE/Pnad Contínua 2016). Vários estudos preveem o crescimento da população idosa, sendo uma significativa parcela desta camada da população suscetível à pobreza, à desnutrição e também ao sobrepeso e a obesidade.

Políticas Estaduais

As principais estratégias adotadas pelo governo do ERJ na ampliação do acesso à alimentação para as famílias em situação de INSAN são a transferência de renda e a oferta de alimentação adequada e saudável nos equipamentos públicos, incluindo os da educação. Do ponto de vista da assistência social e dos equipamentos públicos de SAN, observa-se que o governo do ERJ vem alterando a natureza de sua atuação, deixando de executar diretamente políticas e programas, e de destinar orçamento estadual para tal, como é o caso dos Restaurantes Cidadãos e dos programas Renda Melhor e Renda Melhor Jovem. Mediante um cenário de crise, cada vez mais o ERJ opta por uma atuação menos executiva e mais de coordenação, assumindo a responsabilidade principal de coordenar a política no estado, cofinanciar equipamentos e serviços e realizar assessoramento técnico aos municípios, ente que é o principal executor da política de assistência social, de acordo com as pactuações no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUAS).

² IPEA (2016). Texto para discussão: estimativa da população em situação de rua no Brasil. Brasília: IPEA.

Transferência de renda

O Cadastro Único para Políticas Sociais (CadÚnico) é uma importante ferramenta para a construção de um modelo de enfrentamento da pobreza em sua multidimensionalidade. Configura-se como um instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias de baixa renda e importante ferramenta para a articulação da rede de promoção e proteção social. Em agosto de 2018, havia um total de 1.582.753 famílias do Rio de Janeiro inscritas no CadÚnico, 1.298.921 delas com perfil de renda familiar per capita de até meio salário-mínimo, faixa de renda prioritária para o recebimento do Programa Bolsa Família (PBF). Considerando que o Censo IBGE (2010) estimou a existência de 1.430.427 famílias pobres no estado, verifica-se que a cobertura do CadÚnico é de 90,81% desse público.

Dentre os programas de transferência de renda destacam-se o PBF e o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Em 2017 o investimento do governo federal no ERJ nestes programas foi de R\$ 1,6 bilhões e R\$ 3,6 bilhões, respectivamente. Em agosto de 2018 um total de 836.404 famílias eram beneficiárias do PBF, o que corresponde a aproximadamente 15% da população do estado, recebendo benefício médio de R\$ 182 ao mês. Em junho de 2018, um total de 336.442 idosos e pessoas com deficiência em situação de extrema pobreza, foram beneficiados com 1 salário mínimo mensal, no âmbito do BPC.

Em relação aos programas de transferência de renda cabe ao governo do estado o desenvolvimento de atividades de capacitação para técnicos municipais com o objetivo de subsidiar e aprimorar o trabalho dos municípios na gestão do CadÚnico, do PBF e do BPC. Também é seu papel a coordenação de atividades da Comissão Intersetorial Estadual, que é responsável por adotar medidas para garantir o acompanhamento das condicionalidades de saúde e de educação, ampliar a cobertura e a qualidade do CadÚnico e estimular a implementação de ações complementares de inclusão produtiva para os beneficiários do Bolsa Família. Para o desenvolvimento destas funções o governo do estado recebe recursos descentralizados pelo Governo Federal, com base no Índice de Gestão Descentralizada (IGD-PBF). Entre 2015 e 2017 houve uma significativa redução do valor transferido (de R\$ 44,8 mil para R\$ 11, 2 mil). Além da oferta de cursos de capacitação, o Governo realiza encontros intersetoriais estaduais associados à gestão do PBF e suas condicionalidades. Entre 2012 e setembro de 2018, 982 gestores municipais foram capacitados.

Equipamentos públicos da assistência social e de SAN

Na tarefa intersetorial de promover a SAN, a contribuição da assistência social é determinante para a ampliação das condições de acesso aos alimentos. Além da garantia de renda por meio dos programas de transferência direta, são ações fundamentais e inerentes à Política Nacional de Assistência Social, o acompanhamento das famílias em situação de vulnerabilidade e risco social realizados nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua (Centro POP) e entidades assistenciais subsidiadas; e a oferta de alimentos nos Equipamentos Públicos de SAN (restaurantes populares, bancos de alimentos e cozinhas comunitárias) e naqueles que compõem a rede de proteção social.

Há no ERJ um total de 442 CRAS, 116 CREAS, e 388 Unidades de Acolhimento Institucional que oferecem serviços residenciais de caráter transitório. Em 2017, o Governo Federal repassou R\$ 173 milhões para o governo estadual e aos municípios do ERJ, por meio do Fundo de Assistência Social (FEAS).

Os recursos estaduais, previstos para o cofinanciamento dos anos de 2015 a 2017, dos programas e serviços da assistência social, não foram repassados aos municípios em decorrência da grave crise fiscal do estado. Porém, o cofinanciamento 2018 foi todo pago (um total de quase 40 milhões) e o parcelamento da dívida dos anos anteriores já está programada para o ano de 2019, com pactuação entre o Estado e os Municípios na Comissão Intergestores Bipartite (CIB). Neste mesmo período, apesar das dificuldades no ponto de vista financeiro, os processos de capacitação permaneceram e 1.670 Técnicos e Gestores Municipais foram capacitados.

O ERJ dispõe de 19 Centros POP, nos quais foram realizados 72.739 atendimentos em 2017. Nas Unidades de Acolhimento Institucional, onde usuários passam mais de um dia, são servidas refeições. Todos os Centros POP ofertam café da manhã, 13 ofertam almoço, e apenas três deles ofertam todas as três principais refeições diárias. A expansão dessa rede de equipamentos e das refeições ofertadas é um grande desafio a ser enfrentado, pois o atendimento está muito aquém da demanda atual, que vem crescendo visivelmente.

Os Restaurantes Cidadãos são equipamentos que atendem a população vulnerável metropolitana por meio do fornecimento de refeições balanceadas e saudáveis a preço subsidiado. Até 2016 funcionavam, sob gestão do governo do estado, 16 unidades, que forneciam 37 mil refeições por dia, ao preço de R\$ 2,00, além de 21.5 mil cafés da manhã diários, a R\$ 0,50, também no Café nas Estações. Entre 2016 e 2018, 9 Restaurantes Cidadãos foram fechados e outros 7 transitaram para a gestão compartilhada com os municípios de Campos, Niterói, Campo Grande, Bangu, Bonsucesso, Madureira e Volta Redonda. Como expressão da transição do modelo de execução direta para a gestão compartilhada, o orçamento estadual destinado foi reduzido de R\$ 51 milhões em 2015, para R\$ 2,3 milhões em 2017.

A CEASA-RJ é responsável pela operacionalização de 6 Bancos de Alimentos, equipamento de segurança alimentar e nutricional responsáveis por captar alimentos no entreposto para serem doados. Os Bancos de Alimentos da CEASA arrecadam, processam e distribuem alimentos que não foram comercializados, mas que estão em perfeitas condições para consumo. Os produtos são doados por produtores, comerciantes, pelo PAA do Estado e da Conab e parcerias com supermercados. A rede de Bancos de Alimentos operacionalizada pela CEASA-RJ atende um total de 311 instituições, e doa mensalmente 69.000 quilos de alimento.

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), o Ministério apoiou no ERJ a implantação/modernização de 10 bancos de alimentos, dos quais 6 estão em processo de instalação, de 10 restaurantes populares, além de 15 cozinhas comunitárias, das quais 11 se encontram paralisadas. Estes equipamentos estão sob a gestão do Governo do Estado, de municípios e de organizações da sociedade civil, cuja atuação dispersa e desarticulada reduz o impacto que podem exercer na redução do desperdício e na ampliação do acesso aos alimentos.

Alimentação escolar

A oferta de alimentação saudável e adequada aos estudantes do ensino público é uma das mais fundamentais estratégias no âmbito desta diretriz. Recebe alimentação escolar oferecida nas 1.175 unidades escolares estaduais, um total de 628.966 estudantes. A Gestão do Programa de Alimentação Escolar (PNAE) é descentralizada, uma vez que a SEEDUC repassa os recursos financeiros para a aquisição dos gêneros alimentícios diretamente às unidades escolares. Cabe à Secretaria de Estado de Educação o planejamento e a elaboração dos cardápios, a realização de testes de aceitabilidade e a publicação de Chamadas Públicas aos agricultores familiares e/ou empreendedores familiares rurais para aquisição de alimentos. O fornecimento das refeições no ERJ não é terceirizado, apenas os serviços de manipulação e preparo, o que ocorre na maioria das escolas.

O Conselho de Alimentação Escolar (CAE) do ERJ foi instituído em agosto de 2000, com a atribuição de acompanhar e fiscalizar o cumprimento das diretrizes do PNAE e a aplicação dos recursos e de zelar pela qualidade dos alimentos, em especial, quanto às condições higiênicas e aceitabilidade dos cardápios. O conselho é formado por 7 membros e respectivos suplentes e se reúne de forma regular.

Pesquisa realizada pela SEEDUC, em junho de 2018, mostrou que 80,5% dos alunos das unidades escolares sob gestão do estado consideraram que a alimentação ofertada na escola os agrada. Entre abril e maio de 2018, o Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União (CGU) também realizou estudo com o objetivo de avaliar a qualidade e efetividade da alimentação escolar oferecida na rede pública estadual de ensino. A pesquisa, que foi aplicada em 58 escolas do ERJ e ouviu 2.600 alunos, apontou que a alimentação escolar acontece de forma regular, visto que 99,92 % dos pesquisados informaram ter recebido merenda no período pesquisado. Tem conhecimento prévio do cardápio 97,54% dos estudantes, e 89,75% classificam a alimentação como "excelente" ou "boa". No entanto, estudo publicado pelo Conselho Regional de Nutricionistas da 4ª Região³, em fevereiro de 2013, indicou que no ERJ 76% dos cardápios oferecidos não atendiam ao princípio da harmonia e 52% ao da adequação. Este trabalho também apontou que apenas 13% das escolas atendiam à determinação do FNDE de oferecer, no mínimo, três porções de frutas e hortaliças por semana. Outro aspecto indicado como limitante da qualidade é o número reduzido de nutricionistas que atuam junto ao programa.

Em 2007 o FNDE celebrou convênio com o Instituto de Saúde e Sociedade da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) para criação do Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar (CECANE). Este CECANE apoia a gestão da alimentação escolar nos municípios dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Desde o início do convênio foram assessorados 52 municípios, com visitas técnicas em aproximadamente 200 escolas (em ambos os estados), quanto à gestão técnica e financeira do PNAE. No âmbito desta iniciativa foi consolidada a Rede Estadual de Alimentação e Nutrição Escolar do Rio de Janeiro (REANE). A REANE é composta por instituições e organizações ligadas

³ CRN-4 (2013). Relatório sobre a qualidade da alimentação oferecida por unidades escolares estaduais no estado do Rio de Janeiro.

as temáticas da Nutrição e da Alimentação Escolar, e tem como objetivo articular ações institucionais que privilegiem processos de fortalecimento técnico junto aos nutricionistas responsáveis pelo PNAE nos 92 municípios do ERJ.

PLANO DE AÇÃO 2019				
Objetivos	Iniciativas	Responsável	Órgãos Parceiros	PPA
1. Assegurar o acesso das famílias, idosos e pessoas com deficiência, em situação de pobreza à transferência de renda.	Capacitar técnicos municipais com o objetivo de subsidiar e aprimorar o trabalho dos municípios na gestão do CadÚnico, do Programa Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada, visando ampliar a busca ativa para a inclusão de segmentos vulneráveis no Cadastro e o acesso das famílias elegíveis aos benefícios.	SECTIDS	Secretarias municipais	340 - Programa Estadual de Erradicação da Pobreza Extrema no ERJ
	Coordenar as atividades da Comissão Intersetorial Estadual do PBF para ampliar a cobertura das condicionalidades de saúde e de educação e a inserção das famílias beneficiadas em ações complementares de inclusão produtiva.	SECTIDS	SEEDUC, SES	
2. Ofertar refeições e alimentos, em equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e da rede socioassistencial ⁴ .	Viabilizar o funcionamento dos Restaurantes Cidadãos através da gestão compartilhada com os municípios e outros mecanismos.	SECTIDS	Secretarias municipais	111 – Segurança Alimentar e Nutricional
	Expandir a rede de equipamentos públicos de SAN através do apoio à implantação de novas unidades de bancos de alimentos, restaurantes populares e cozinhas comunitárias, etc., pelos municípios ou via execução direta.	SECTIDS	Prefeituras Municipais Entidades Civis	
	Constituir a Rede Estadual de	SECTIDS	Prefeituras	

⁴ A rede Socioassistencial é formada por unidades estatais de referência (CRAS e CREAS), por unidades municipais e por entidades socioassistenciais, devidamente inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).

	Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional do ERJ para qualificar a atuação dos bancos de alimentos, dos restaurantes populares, das cozinhas comunitárias e das centrais de abastecimentos através da articulação e do monitoramento da atuação destas unidades, da capacitação de gestores e técnicos e da promoção do intercâmbio de práticas e experiências.		Municipais Governos Federal Entidades Civis	
	Ofertar alimentação saudável e adequada nos Centros de Referência Especializados para a População em Situação de Rua.	SECTIDS		43 - Programa Estadual de Gestão e Aprimoramento do SUAS
	Distribuir alimentos arrecadados pelos Bancos de Alimentos a instituições da rede sócio assistencial.	CEASA	SECTIDS	386 – Programa de Abastecimento e Segurança Alimentar e Nutricional
3. Ofertar alimentação saudável e adequada na rede estadual de ensino.	Ofertar alimentação saudável e adequada nas escolas sob gestão estadual através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	SEEDUC	EMATER	152 – Operacionalização e desenvolvimento da rede de ensino
	Capacitar manipuladores e diretores escolares para melhorar a qualidade da alimentação escolar.	SEEDUC		
	Realizar testes de aceitabilidade junto aos estudantes para a adequação dos cardápios.	SEEDUC		
	Ofertar alimentação saudável e adequada aos adolescentes em conflito com a lei, usuários do sistema socioeducativo.	Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE/SEEDUC)		90 - Proteção Integral ao adolescente em conflito com a Lei.

	Ofertar alimentação saudável e adequada aos alunos das escolas técnicas.	Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC/SECTIDS)		121 – Investimento e Expansão da educação profissional
	Oferta alimentação saudável e adequada nos Restaurantes Universitários.	SECTIDS		366 – Desenvolvimento do Ensino, Pesquisa e Extensão.

Diretriz 2 - Promoção do Abastecimento e Estruturação de Sistemas Descentralizados, de Base Agroecológica e Sustentáveis de Produção, Extração, Processamento e Distribuição de Alimentos.

Com uma população predominantemente urbana, o ERJ enfrenta um grande desafio no que diz respeito à garantia da SAN da sua população. Assumindo como referência que ao menos 50% da população tivesse acesso regular ao suprimento fornecido por uma cesta básica (DIEESE)⁵, o ERJ precisaria ser abastecido mensalmente, ao menos com: 51,5 mil toneladas de carne; 64,3 mil litros de leite; 38,6 mil toneladas de feijão, 25,7 mil toneladas de arroz; 128,5 mil toneladas de legumes; 92,6 mil toneladas de frutas. Porém, o que se observa atualmente é que, para abastecer sua população, o estado depende em grande medida da importação de produtos alimentares. Atualmente, 85% do que é comercializado dentro da CEASA-RIO é importado de outros estados, especialmente de São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Espírito Santo e Santa Catarina. Este quadro de dependência deixa a população em estado de insegurança, além de vulnerável ao aumento do custo dos combustíveis, o que tende a encarecer o preço dos alimentos.

A dependência da importação de alimentos para o seu abastecimento está muito associada ao histórico abandono do campo e a insuficiência das políticas de desenvolvimento rural, um cenário que começou a ser revertido na última década com o aumento dos investimentos nacionais e estaduais em políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar, e que corre o risco de retrocesso mediante a redução de orçamento destinado ao setor.

A população rural do ERJ é de 525.690 habitantes (IBGE, Censo 2010), o que equivale a apenas 3,3% da população total. Os resultados preliminares do Censo Agropecuário de 2017 mostram que houve um crescimento no número de estabelecimentos em relação a 2006 (IBGE/Censo Agropecuário, 2017). Atualmente são 65.157 estabelecimentos agrícolas, no quais estão envolvidas 160.478 pessoas, sendo que 92% dos estabelecimentos agropecuários do estado

⁵ A Cesta Básica do DIEESE para a região da qual faz parte o ERJ é composta por: carne (6 kg), leite (7,5 l), feijão (4,5 Kg), arroz (3,0 Kg), batata (6,0Kg), legumes (tomate), (9,0 Kg), pão francês (6.0 Kg), café em pó (600gr); frutas (banana)(90 unid); açúcar (3,0 Kg), banha/óleo(750); manteiga (750 g).

têm até 100 ha (60.086) e utilizam 34% da área (823824 ha), enquanto mais de 58%⁶ (1381606 ha) dela é utilizada pelos estabelecimentos com mais de 100 ha (4.894), que representam apenas 8% dos estabelecimentos agrícolas do Estado. Em 2006 havia no ERJ 44.145 estabelecimentos da agricultura familiar, em 2017 este número chegou a 52.126, o que representa 80% do total de estabelecimentos (IBGE/Censo Agropecuário, 2017).

Há no estado um total de 105 assentamentos rurais. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) tituló 80 assentamentos, aonde vivem 5.882 famílias. O Instituto de Terras do Rio de Janeiro (ITERJ) tituló 25 assentamentos rurais, aonde vivem mais de 2.700 famílias. Como se verá mais adiante (diretriz 3) a diversidade do rural fluminense se expressa também em comunidades quilombolas e terras indígenas, aonde se cultiva para consumo próprio, e em menor escala, para o mercado.

As culturas de maior expressividade em termos produtivos são a cana de açúcar, o tomate e a floricultura, seguidas de alface, banana, aipim e coco verde. Com base no Acompanhamento Sistemático da Produção Agrícola (ASPA) feito pela EMATER, no período de 2014 a 2017, considerando os totais dos grupos de culturas de grãos, olerícolas de folhas, de frutos e de raízes, fruticultura e outras culturas, observa-se que houve um aumento de 21 % no faturamento total e no preço médio. O pessoal ocupado variou negativamente em 1% em grãos e outras culturas, mas praticamente manteve-se na produção de olerícolas aumentando de 62% para 63%. Na fruticultura o pessoal ocupado variou de 15% para 18%. A avicultura de postura é uma atividade crescente no estado, apresentou um aumento de 740% do número de produtores de ovos ativos, no período entre 2008 e 2017. Outro produto com diferencial de qualidade cuja produção tem crescido no estado é o mel. Em 2017 a produção anual chegou a 371.456 Kg, ainda aquém da demanda do mercado consumidor estadual.

De acordo com o Censo Agropecuário, em 2006, havia 2.800 arrendatários nos estabelecimentos agropecuários do ERJ, o que revela um alto grau de insegurança territorial, com impactos sobre a produção de alimentos. Nos assentamentos assessorados pelo ITERJ, os técnicos identificam duas tendências promissoras, que se intensificam na medida em que há investimento em políticas públicas: o fortalecimento da participação das mulheres no processo produtivo; e a manutenção e retorno de jovens ao campo. Estas tendências ainda não foram devidamente mensuradas, sendo necessária, ainda, a atualização das informações cadastrais de cada unidade familiar de produção.

Apesar dos recentes avanços, a capacidade de uso da terra para a produção de alimentos ainda é subestimada. Atualmente o conjunto de estabelecimentos agropecuários do ERJ ocupa uma área total de 2.372.778 há (IBGE/Censo Agropecuário, 2017), sendo 2,75% da área total ocupada por lavouras permanentes, 5,12% por lavouras temporárias e 63,27% por pastagens. Dados do censo indicam que em 11 municípios não há população rural, porém observa-se, na

⁶ Este percentual é superior considerando que não constam a informação da área utilizada pelos 41 estabelecimentos com mais de 2.500 ha.

periferia destas cidades, atividades econômicas em áreas remanescentes da agricultura familiar que demonstram potencial para a produção de alimentos.

Agricultura no ERJ é baseada principalmente em métodos convencionais de produção e no uso excessivo de agrotóxicos. Entre 2007 e 2014, foram notificados ao Ministério da Saúde 25.106 mil casos de intoxicações por agrotóxicos de uso agrícola. No ERJ aconteceram 166 notificações, sendo que os municípios que apresentaram o maior grau de contaminação da população foram Natividade, Porciúncula, Sumidouro, São José do Vale do Rio Preto e Quatis. Cabe destacar que, de acordo com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) para cada caso de intoxicação notificada estima-se que outros 50 não são notificados. (Mais informações sobre agrotóxicos são apresentadas na diretriz 4).

Apesar da matriz convencional, observa-se no estado um crescente movimento agroecológico, que engloba uma grande diversidade de atores, movimentos e organizações engajados no fortalecimento da transição agroecológica. Não é possível dimensionar o quantitativo de agricultores e agricultoras envolvidas em experiências agroecológicas. Em 2014 a Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro (ABIO)⁷, contava com 200 associados distribuídos em 11 Núcleos, presentes no conjunto das regiões do estado do Rio de Janeiro. Atualmente já estão registrados no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), aproximadamente 900 produtores.

Abrigando o 2º maior mercado consumidor de pescado do país, o ERJ tem na pesca uma importante atividade socioeconômica, que envolve um contingente de trabalhadores estimado em mais de 30 mil pessoas. Em 2012 havia 14.403 pescadores cadastrados no Registro Geral de Pesca (RGP). Cabe salientar que este número não retrata todos os indivíduos diretamente envolvidos com a atividade pesqueira, já que, a lei do RGP não inclui os pescadores e pescadoras não comerciais (subsistência) e os trabalhadores e trabalhadoras de apoio à pesca (responsáveis pelo beneficiamento do pescado e confecção de apetrechos de pesca). A pesca comercial artesanal ocorre em todo o litoral, nos rios e nas lagoas. Já a pesca de maior escala, conhecida como pesca comercial industrial, tem expressiva representação no estado, se baseando em portos específicos que apresentam uma infraestrutura mínima para seu desembarque, além da facilidade do escoamento da produção. Há um total de 27 colônias de pescadores no estado.

Segundo o relatório do Programa de Monitoramento da atividade pesqueira em execução pela Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (FIPERJ) desde 2017, a pesca extrativa industrial é responsável por 70% de todo o pescado capturado pelo Estado. Isto porque o principal recurso pesqueiro, a sardinha, é capturada pelas embarcações industriais tendo como principais pontos de desembarque a região metropolitana do ERJ. Porém, em quase 90% dos municípios costeiros monitorados, a pesca artesanal é protagonista na captura dos peixes. Além disso, a atividade da pesca extrativa continental (rios, lagos e lagoas) é realizada quase que exclusivamente por embarcações artesanais.

⁷ A ABIO faz a gestão de um Sistema Participativo de Garantia, procedimento que atesta a conformidade sobre produtos orgânicos, que privilegia a certificação feita pelos agricultores associados.

Assim, a pesca artesanal no estado é de vital importância para o fornecimento e abastecimento dos mercados municipais, além de envolver quantidade importante de empregos diretos e indiretos. Com menor expressividade econômica no Estado, porém, não menos importante, a aquicultura, principalmente a familiar, aparece como alternativa importante para a oferta de pescado uma vez que os estoques pesqueiros marinhos enfrentam problemas de esgotamento. No ERJ a aquicultura é, em grande medida, uma atividade complementar à agricultura familiar voltada, sobretudo à subsistência. Para o seu desenvolvimento comercial e sustentável é necessária uma maior integração entre as instituições da ATEPA e da ATER.

Alguns dos entraves da pesca e aquicultura estão relacionados às deficiências e carências técnicas estruturais do setor produtivo. Porém importa reconhecer os impactos da poluição dos rios, de acidentes e resíduos industriais e de petróleo, na atividade de pescadores artesanais, caiçaras e catadores de caranguejos e siris da baía de Guanabara e demais águas do estado. Com o lixo e a oxigenação cada vez mais precária das águas e o decorrente assoreamento, os peixes tendem a se afastar dos locais tradicionais de exploração da pesca. Todas estas dificuldades fazem com que seja muito baixa a renovação geracional da pesca artesanal.

A inclusão do pescado na alimentação escolar é um desafio a ser enfrentado no ERJ. O estudo “Mapeamento da Inclusão do Pescado na Alimentação Escolar”, realizado em 2012, pelo extinto Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) em aproximadamente 1/3 dos municípios brasileiros, demonstrou que 66% não incluíam o pescado na alimentação escolar (BRASIL, 2013⁸). Dentre os que incluíram, 42% o fizeram apenas uma vez ao mês, abaixo do estabelecido pela Organização Mundial de Saúde (OMS), que coloca como adequado o consumo de pescado ao menos duas vezes na semana. As principais dificuldades encontradas foram: baixa aceitação, custo elevado e risco de espinhas.

Políticas Estaduais

A promoção do abastecimento e a estruturação de sistemas descentralizados, de base agroecológica, demanda a atuação articulada de um conjunto de instituições e empresas públicas estaduais, que possuem atribuições em políticas estratégicas de desenvolvimento rural. Mais do que coordenar e capacitar os municípios, coube historicamente à esfera estadual, a execução direta de ações de assistência técnica e extensão rural (EMATER), de abastecimento alimentar (CEASA), de reforma agrária e regularização fundiária (ITERJ), da defesa agropecuária e do fortalecimento da agricultura familiar (SEAPEC), de pesquisa agropecuária (PESAGRO) e da promoção da pesca e da aquicultura (FIPERJ). No que diz respeito ao conjunto de políticas públicas voltadas para o incentivo à produção, é possível observar na última década uma tendência de foco em iniciativas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar e a transição agroecológica, o que é fortemente impulsionado pelas redes, movimentos e organizações não governamentais, e que ganha uma dinâmica mais consistente a partir dos investimentos feitos no âmbito do Rio Rural, a partir de 2006.

⁸ BRASIL. Ministério da Educação (2017) Nota Técnica nº 004 (CGPAE/ DIRAE/FNDE) Sobre a Inclusão de pescado na alimentação escolar.

Em um estado que importa 85% dos alimentos consumidos internamente de outros estados, o abastecimento alimentar coloca-se fortemente dependente do sistema CEASA-RJ, criado em 1970 com intuito de atuar no mercado, na produção, no atacado e no varejo do comércio de gêneros agrícolas. Como importante pilar para a produção de alimentos saudáveis e adequados, a oferta de assistência técnica e extensão rural para a agricultura familiar foi fortalecida na última década, impulsionada pela expansão do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). As instituições que prestam este serviço no Estado (EMATER, ITERJ e FIPERJ) receberam importante aporte de recursos do governo federal e da cooperação internacional, embora os serviços prestados ainda estejam aquém da demanda, uma vez que os recursos destinados são insuficientes. Esta tendência de fortalecimento institucional, no entanto, está ameaçada pela grave crise financeira pela qual passa o estado.

Rio Rural

Lançado em 2005, o Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável em Micro bacias Hidrográficas, conhecido como Rio Rural, é atualmente a mais importante iniciativa voltada à promoção do desenvolvimento rural sustentável do ERJ. O programa incentiva a adoção de sistemas produtivos sustentáveis, conciliando o aumento da renda do produtor rural com a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais. É coordenado pela Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento (SEAPPA), e executado prioritariamente pela EMATER, para além de uma ampla rede de parceiros que inclui entidades do poder público, ONGs, empresas e centenas de organizações rurais. O Rio Rural conta com um significativo aporte de recursos internacionais, provenientes do Banco Mundial, e o apoio da Agência das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), o que veio a fortalecer e renovar a atuação da EMBRAPA e da Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro (PESAGRO) no desenvolvimento das micro bacias hidrográficas.

O Rio Rural é implementado em 373 micro bacias, em 78 municípios, atendendo a um público beneficiário de 48.000 famílias, predominantemente de agricultores familiares. Entre 2005 e 2018 foram apoiados um total de 7.537 iniciativas individuais e coletivas voltados para a transição agroecológica como, por exemplo, a implantação de cultivos consorciados e sistemas agroflorestais, e a produção de biofertilizantes. A autogestão comunitária e o planejamento são promovidos a partir do funcionamento de 373 Comitês de Micro bacias estabelecidos com a participação de 3.870 membros, e a elaboração de 373 Planos Executivos de Micro bacias. Entre 2005 e 2017 foi investido um total de US\$ 152 milhões, sendo que destes US\$ 46 milhões foram investimentos diretos do Governo do Estado.

Cabe destacar que o Rio Rural não atua de forma isolada, mas integrada aos demais programas federais, estaduais e municipais, exercendo influência positiva e sinérgica nas ações que buscam o desenvolvimento rural como, por exemplo, o PRONAF, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O grande diferencial do Programa Rio Rural foram os investimentos aplicados em práticas ambientais, como contrapartida

obrigatória por parte dos produtores beneficiados com as práticas econômicas, que em conjunto possibilitaram o aumento de renda e da produtividade com maior eficiência no uso do solo.

Prosperar

O Programa Social de Geração de Emprego e Renda na Atividade Rural (Prosperar) tem como principal objetivo promover o fortalecimento das agroindústrias de base familiar, através de incentivos à produção, ao processamento e a comercialização. O Prosperar fornece crédito para investimento e custeio, incentivos fiscais e capacitações. Através deste programa são trabalhadas questões relativas às legislações sanitárias e tributárias adequadas ao perfil da pequena agroindústria. Desde sua implantação até o final de 2017, o Prosperar beneficiou mais de 350 Projetos de Agroindústria, totalizando nos últimos anos mais de 170 empreendimentos financiados, no valor aproximado de R\$7.5 milhões em recursos do ERJ.

Frutificar

O programa Frutificar objetiva o aumento da produção e produtividade de frutas, por meio de linha de crédito específica para financiamento de projetos de fruticultura irrigada. Até 2017 haviam sido atendidos 920 produtores e investidos aproximadamente R\$ 40 milhões na atividade. Ambos os programas são coordenados pela EMATER-RIO.

Declaração de Aptidão ao PRONAF

A Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) é o instrumento que identifica os agricultores familiares e suas pessoas jurídicas, constituindo-se em documento obrigatório para acessar políticas públicas, dentre elas o Pronaf e as Chamadas Públicas das compras institucionais. Em agosto de 2018 existiam no ERJ 12.656 DAPS físicas e 54 DAPS jurídicas ativa. Em 2017 a EMATER-RIO, principal agente emissor desse documento no estado, emitiu 4.189 novas declarações, aumentando em 20% o número de DAPs emitidas em relação a 2016. O ITERJ, por sua vez, foi autorizado a emitir DAPs aos assentados da reforma agrária, tendo emitido, até setembro de 2018, 176 novas DAPs individuais e jurídicas. A FIPERJ vem também se dedicando à emissão de DAPs a pescadores artesanais, entre 2016 e julho de 2018 foram emitidas 353 DAPs físicas e duas DAPs jurídicas.

Assistência técnica e extensão rural

No Governo do Estado são duas as instituições públicas que prestam serviço de ATER a agricultores familiares, assentados da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais. A EMATER-RIO é a instituição mais antiga e consolidada, e a que opera o maior volume de recursos. Para além de suas ações rotineiras de assistência técnica e extensão rural, a empresa tem em seu planejamento a execução de programas no âmbito do PRONAF, para além de outras iniciativas estaduais voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar, como é o caso do Rio Rural, do Frutificar e do Prosperar, dentre outros. Em 2017, a EMATER-RIO assistiu 40.400 beneficiários, totalizando 88.508

atendimentos, alcançando a média anual de 2,2 atendimentos por beneficiário assistido. A empresa tem priorizado o atendimento aos agricultores familiares, alcançando em 2017 o índice médio de 73% de atendimento deste público. O ITERJ, por sua vez, tem uma atuação focada no desenvolvimento dos assentamentos rurais, enquanto a FIPERJ atua junto a pescadores artesanais e aquicultores, como se verá mais adiante.

A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) passou por um processo de reestruturação com o objetivo de universalização do acesso aos serviços, criando em 2014 a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER). A nova lei de Ater substituiu os convênios firmados para prestação dos serviços de assistência técnica e extensão rural por contratos com chamadas públicas com entidades capazes de prestar assistência e que são pagas por serviços prestados. Apesar de a ATER no ERJ ser um serviço predominantemente estatal, tem também forte atuação as organizações sociais, que se fortaleceram com as chamadas públicas para prestação de serviço que aconteceram na última década, e que se encontram hoje sobre forte ameaça devido aos drásticos cortes orçamentários a nível nacional. Dentre estas organizações tem destaque o trabalho executado por organizações como o Instituto de Desenvolvimento e Ação Comunitária (IDACO), a UNACOOP, a Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro (ABIO), a AS-PTA, e a CEDRO, e as iniciativas promovidas pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG), e pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). São também atuantes na assistência técnica e extensão rural, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Um importante desafio para a geração de maior sinergia e integração entre as várias instituições e organizações é a elaboração participativa de um novo Plano Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural para o estado.

Compras Institucionais

De acordo com Lei da Alimentação Escolar (Lei Federal 11.947/2009), no mínimo 30% do valor repassado aos estados, municípios e o Distrito Federal, pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) deve ser utilizado na compra de alimentos diretamente da agricultura familiar. Em 2016, o FNDE transferiu à SEEDUC e aos municípios do ERJ recursos no valor de R\$ 265.942.980,00. Deste, foi aplicado na aquisição de produtos da agricultura familiar o montante de R\$ 31.915.000,00, representado um percentual de 12%. Neste ano, apenas 15 municípios do estado não realizaram suas Chamadas Públicas.

Um Acordo de Cooperação foi firmado entre a EMATER-RIO e a SEEDUC visando a execução compartilhada de todas as etapas das Chamadas Públicas no ano de 2016. A chamada realizada em 2017 atendeu a 78% das escolas sob gestão estadual. Dela participaram 23 grupos formais (associações e cooperativas), 19 grupos informais e 103 fornecedores individuais. Em 2012, a SEEDUC adquiria da agricultura familiar apenas 1% do total repassado pelo FNDE, chegando a 2017 com o percentual de 22% do total repassado, totalizando R\$ 12 milhões em compras diretas da agricultura familiar.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), em sua modalidade Compra com Doação Simultânea, é operacionalizado no ERJ pela CEASA, com recursos provenientes do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Entre 2014 e 2017 um total de 1.425 agricultores familiares, de 40 municípios, participou do programa, que contou com um orçamento de R\$ 6,4 milhões. Neste mesmo período foram adquiridas e doadas 2.256 toneladas de alimentos a 244 instituições cadastradas, através dos Bancos de Alimentos da CEASA/RJ. Cabe destacar que a compra institucional vem se expandindo para além do PNAE e do PAA. Em 2018, a Aeronáutica publicou sua primeira Chamada Pública, com valor máximo de R\$ 5,2 milhões. A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) já está em sua segunda chamada pública. Ambos os processos contaram com a assessoria da EMATER-RIO.

Em 2017 a EMATER prestou 1.151 atendimentos, e viabilizou 88 reuniões com agricultores voltadas à habilitação para a venda ao mercado institucional. Com o apoio da empresa foram elaborados 507 projetos de venda junto aos agricultores direcionados aos mercados institucionais, sendo estratégicos e decisivos para a efetiva inclusão nesta política pública. O ITERJ assessora os assentados rurais para a participação nos mercados institucionais, apoiando sua regularização perante a Receita Estadual e a elaboração de projetos para as chamadas públicas municipais.

Em 2017, no âmbito do Ministério Público, foi formado um Grupo de Trabalho que reúne representantes de instituições públicas e da agricultura familiar, com o objetivo de avaliar as demandas colocadas pelos beneficiários de políticas de compras institucionais. Dentre os vários desafios associados ao programa está a necessidade de prover maior apoio às organizações e cooperativas que apoiam os processos de compras institucionais, de forma a potencializar a capacidade do programa de promover redes e circuitos locais que conectam produtores e consumidores, o campo e a cidade.

Regularização Fundiária e assentamentos rurais

O ITERJ é a instituição executora da política fundiária do Estado que visa promover, ordenar e promover o desenvolvimento dos assentamentos urbanos e rurais, tendo como principal atribuição a democratização do acesso à terra a posseiros, sem-teto e sem-terra, intervindo na solução dos conflitos e nos processos de regularização fundiária. O Instituto busca garantir a permanência das famílias na terra, para além da titulação, incentivando o desenvolvimento sustentável dos assentamentos urbanos e rurais, através de intervenções urbanísticas e projetos geradores de trabalho e renda, por meio dos Programas “Nossa Terra” e “Desenvolvimento Produtivo dos Assentamentos”.

Em 2012, o Instituto passou por um processo de reestruturação e novas contratações, o que possibilitou a intensificação da prestação de serviços de ATER e a ampliação dos investimentos em obras e equipamentos nos assentamentos, que ocorria de forma esporádica anteriormente. Atualmente o ITERJ assiste diretamente 25 assentamentos rurais, que compreendem 16.739 ha de terra regularizadas ou com processos em andamento, distribuídos em 16 municípios do estado, beneficiando mais de 2.700 famílias. A participação efetiva do ITERJ na adesão às políticas nacionais de fortalecimento da agricultura familiar vem se concretizando em todos os assentamentos, com destaque para os localizados nos municípios de Campos dos Goytacazes, Conceição de Macabu, Italva, São Gonçalo, Valença e Japeri.

Para potencializar os efeitos dos investimentos realizados a partir de 2012, foram celebrados convênios e Acordos de Cooperação Técnica junto a instituições com expertise em capacitação como o SENAR, o que possibilitou a realização de mais de 71 cursos, com 887 participantes dos 27 (não são 25?) assentamentos/comunidades assistidas, entre 2012 e 2018. Em 2013 tem início uma cooperação financeira com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que tem possibilitado a expansão dos serviços prestados. Entre os resultados alcançados por meio dos investimentos e atividades desenvolvidas destacam-se o aumento da área de cultivo de hortifrutigranjeiros, a diversificação de culturas, a melhoria das condições de comercialização e o incremento do associativismo nos assentamentos rurais assistidos pelo ITERJ.

Atualmente, um dos principais desafios da Regularização Fundiária Rural, sem deixar de considerar a regularização dos assentamentos, consiste em ampliar e agilizar as ações individuais que viabilizem a segurança jurídica dos agricultores familiares que ocupam áreas particulares, por meio das ações de Usucapião. Para tanto, o ITERJ, que até pouco tempo concentrou sua atuação nos assentamentos oriundos de ocupações coletivas, passou a atuar na elaboração das peças processuais que permitirão a regularização individual das posses de produtores familiares através de ações judiciais de Usucapião Rural. Nesta modalidade foram selecionados, aproximadamente, 2.073 imóveis dos municípios de Japeri e Duque de Caxias, sendo um grande desafio a ampliação gradativa do número de agricultores familiares contemplados.

Abastecimento

A CEASA-RJ foi criada na década de 1970 como parte integrante de um sistema nacional de abastecimento, criado como estratégia principal de comercialização de produtos hortigranjeiros em todo o território nacional. São seis unidades da CEASA no estado: Rio de Janeiro, São Gonçalo, Nova Friburgo, Itaocara, São José de Ubá, Paty do Alferes. A unidade Grande Rio tem o papel estratégico de centralizar e coordenar a distribuição de gêneros hortigranjeiros, e de gerir políticas de segurança alimentar e nutricional em todo o estado, como é o caso dos Bancos de Alimentos e do PAA.

São comercializadas mensalmente pela CEASA-RJ aproximadamente 130 mil toneladas de hortifrutigranjeiros, com uma estimativa média de 4.000 toneladas/dia, sendo que 85% destes alimentos são provenientes de outros estados. A unidade de Irajá conta com dois pavilhões dedicados exclusivamente aos produtores do ERJ. No Pavilhão 21 são comercializados, por cerca de 800 produtores rurais cadastrados, 21 mil toneladas de alimentos. O Pavilhão 30 é destinado exclusivamente à comercialização de produtos da agricultura familiar e gerido pela UNACOOOP, instituição não governamental, composta por 149 filiais entre associações e cooperativas de agricultores locais distribuídas em 75 municípios. Cabe destacar que estes pavilhões não são suficientes para o escoamento da comercialização da agricultura familiar do ERJ, sendo a ampliação e modernização destes espaços um importante desafio a ser enfrentado.

Atualmente a CEASA-RJ tem um volume de 120 toneladas/mês de resíduos orgânicos e inorgânicos, descartados em sua totalidade em aterros sanitários, o que poderia ser enfrentado com uma política efetiva de combate ao desperdício. Levantamento feito junto a lojistas, na CEASA da cidade do Rio de Janeiro, estima que o volume de perda por dia seja de

5 % a 10%. Como estratégia de combate ao desperdício e promoção do acesso a alimentos adequados, a CEASA-RJ é responsável pela operacionalização de 6 Bancos de Alimentos, equipamento de segurança alimentar e nutricional responsáveis por captar alimentos no entreposto para serem doados. Os Bancos de Alimentos da CEASA arrecadam, processam e distribuem alimentos que não foram comercializados, mas que estão em perfeitas condições para consumo. Os produtos são doados por produtores, comerciantes, pelo PAA e parcerias com supermercados. São atendidas com as doações 311 instituições, e doados mensalmente 69.000 kg de alimento. Apesar da relevância deste equipamento enquanto estratégia de combate ao desperdício, cerca de 70% do volume doado é proveniente do PAA. Ainda é pequena a arrecadação de alimentos nas CEASAs, o que se apresenta como um desafio dado o grande volume de alimentos desperdiçados. Além das doações, iniciativas com pesquisadores de Nutrição da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) estão sendo realizadas no intuito de trabalhar o aproveitamento integral dos alimentos, assim como a alimentação saudável.

Pesca e aquicultura

O estado do Rio de Janeiro possui grande possibilidade para impulsionar a pesca e aquicultura devido as suas características e ações já em curso. O apoio governamental para a ampliação da produção de pescado tem a FIPERJ como principal órgão promotor e o Programa AQUAPESCA - RIO como estratégia central. As ações da fundação visam promover melhoria das condições sociais e econômicas dos produtores, pescadores, distribuidores, consumidores de pescado e setor industrial do estado do Rio de Janeiro através de pesquisa, assistência técnica e fomento às cadeias produtivas.

As ações do AQUAPESCA – RIO desenvolve-se a partir de quatro eixos: i) o monitoramento da atividade pesqueira; ii) a provisão de assistência técnica e extensão pesqueira e Aquícola (ATEPA), iii) o fomento à aquicultura, iv) a pesquisa aplicada em Pesca e Aquicultura.

A estatística pesqueira é de fundamental importância para que seja possível conhecer o estado de exploração dos estoques e subsidiar medidas de ordenamento. O monitoramento visa obter informações sobre a produção pesqueira e as embarcações atuantes no litoral do ERJ, bem como sobre os aspectos biológicos das espécies-alvo, provendo o Governo Federal, setor científico, setor produtivo e sociedade em geral, de uma rede de coleta de informações contínuas e atualizadas com vista ao subsídio na elaboração de políticas públicas que promovam o uso sustentável da pesca. Desde julho de 2017, o monitoramento diário de descargas de pescado é realizado em 21 municípios costeiros do ERJ.

A Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aquícola (ATEPA) tem por objetivo promover melhorias nos processos produtivos, aumentar a produção de pescado e a rentabilidade das atividades, apoiar as organizações sociais e auxiliar o acesso às políticas públicas. Houve um significativo aumento da assistência prestada pela FIPERJ a partir da abertura, em 2014, de 12 escritórios regionais. Para além da emissão de DAPs já mencionada, entre 2016 e julho de 2018, foram

realizadas 2.194 visitas técnicas; foram elaborados 78 projetos de crédito para pescadores e pescadoras; foram realizados 225 cursos de beneficiamento artesanal do pescado e 165 cursos de piscicultura.

O fomento à aquicultura é feito através do fornecimento de alevinos e formas jovens de espécies de importância econômica e espécies nativas de interesse ecológico com finalidade de repovoamento, além do desenvolvimento de pacotes tecnológicos para cultivo de organismos aquáticos em diferentes sistemas, da capacitação de técnicos, produtores e estudantes em técnicas de manejo e do apoio à comercialização através do fornecimento do transporte de pescado. Entre 2016 e julho de 2018 foram entregues 672.876 alevinos e juvenis de tilápia.

As pesquisas aplicadas em pesca e aquicultura visam gerar conhecimento que contribua para solucionar problemas identificados tanto pelo governo do estado quanto pelo setor produtivo, de forma a contribuir para a segurança alimentar e nutricional no ERJ. Os estudos são interdisciplinares e em rede com pesquisadores de outras instituições. Dentre os 32 projetos em andamento, oito contribuem diretamente com a SAN no ERJ.

PLANO DE AÇÃO 2019

Objetivos	Iniciativas	Responsável	Órgãos Parceiros	PPA
1. Promover a produção de alimentos saudáveis e sustentáveis através do fortalecimento da agricultura familiar e de sistemas de produção de base agroecológica e empreendimentos da economia solidária.	Apoiar projetos de incentivo aos agricultores familiares e suas organizações e de promoção de arranjos locais que promovam o desenvolvimento rural sustentável, utilizando a metodologia de micro bacia hidrográfica. (Programa Rio Rural)	SEAPPA	Emater e Pesagro	37 - Rio Rural
	Promover a autogestão comunitária e o planejamento a partir do funcionamento de Comitês e Planos Executivos de Microbacias. (Programa Rio Rural)	SEAPPA	Emater e Pesagro	
	Verificar a possibilidade de enquadramento para reemissão de DAPS para agricultores familiares e assentados da reforma agrária, pescadores artesanais visando a expansão da cobertura.	EMATER, FIPERJ, INCRA, ITERJ E sindicatos		
	Prestar assistência técnica e extensão rural a agricultores familiares e assentados da reforma agrária.	EMATER		38 - Apoio Ao

	Atualizar o Plano Estadual de ATER (PEATER – RJ)	SEAPPA/EMATER	FIPERJ, Organizações sócias, UFRRJ	Desenvolvimento Rural
	Implantar unidades de produção e beneficiamento de sementes orgânicas e capacitar técnicos e agricultores familiares para a produção e o beneficiamento.	EMATER	PESAGRO RIO	
	Capacitar em processo contínuo 50% dos técnicos de ATER em temas como agroecologia, transição agroecológica, economia solidária, SAN, mercados locais e institucionais, comércio justo e produção de PANCS.	EMATER	UFRRJ, Prefeituras municipais, EMBRAPA, ASPTA, IDACO, Cooperativa CEDRO	
	Prestar assistência técnica efetiva para ampliação de linhas de crédito, incentivos financeiros e subsídios através de programas específicos , capacitação às agroindústrias de base familiar (Prosperar) e de economia solidária.	SEAPPA/EMATER	Banco do Brasil	
	Prestar assistência técnica e prover linhas de crédito a projetos de fruticultura irrigada (Frutificar)	SEAPPA/EMATER	Prefeituras municipais	
	Implantar a "Tecnologia Social dos Quintais Produtivos" em estabelecimentos da agricultura familiar.	EMATER		
	Capacitar mulheres rurais da agricultura familiar em temas que propiciem a inclusão em atividades produtivas com a geração de renda e a oportunidades de trabalho.	EMATER		
	Implementar o programa "Feira das Mulheres Trabalhadoras Rurais" no Estado do Rio de Janeiro (Lei estadual Nº7943/2018).	EMATER		
	Promover a estruturação operacional das CEASAs para o fortalecimento da cadeia	CEASA		

2. Promover o abastecimento e o acesso regular e permanente à alimentação adequada e saudável	agroalimentar, e a estruturação e ampliação do sistema de comercialização da agricultura familiar.			Programa de Abastecimento e Segurança Alimentar e Nutricional
	Arrecadar, processar e distribuir alimentos não comercializados, mas que estão em perfeitas condições para consumo, através dos Bancos de Alimentos.	CEASA		
	Capacitar instituições que recebem doações dos Banco de Alimentos em aproveitamento integral dos alimentos e alimentação saudável.	CEASA	UFRRJ	
	Acompanhar sistematicamente a produção agrícola e o levantamento dos pequenos e médios animais, destacando as informações da agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais e os produtos da sociobiodiversidade, de forma a subsidiar a formulação de políticas públicas, a comercialização, a tomada de decisão pelos agentes da cadeia produtiva e contribuir para a soberania alimentar.	EMATER		038 - Apoio ao Desenvolvimento Rural
3. Ampliar a participação de agricultores familiares no abastecimento dos mercados institucionais.	Adquirir alimentos da agricultura familiar para distribuí-los junto às entidades socioassistenciais no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).	CEASA		386 – Programa de Abastecimento e Segurança Alimentar e Nutricional
	Realizar chamadas públicas para a aquisição de alimentos de agricultores familiares e/ou empreendedores familiares rurais, de modo a cumprir com a determinação de que no mínimo 30% dos recursos transferidos pelo Governo Federal pelo PNAE sejam utilizados na compra direta.	SEEDUC	EMATER	152 – Operacionalização e desenvolvimento da rede de ensino
	Prover assistência técnica e extensão rural voltada para o apoio a agricultores	EMATER	Prefeituras Municipais	038 – Apoio Ao Desenvolvimento

	familiares, povos indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais, empreendimentos de economia solidária, visando a participação destes nos programas de compras públicas, com prioridade para mulheres e jovens rurais.			Rural
	Apoiar as instituições públicas na elaboração de Chamadas Públicas voltadas às compras institucionais.	EMATER	Aeronáutica UFRRJ Prefeituras Municipais SEEDUC	
	Promover a inclusão de pescadores e aquicultores nos programas de compras institucionais.	FIPERJ		385 - Fortalecimento das cadeias produtivas da pesca e da aquicultura.
4. Democratizar o acesso à terra e promover o desenvolvimento sustentável de assentamentos rurais.	Promover a regularização fundiária dos assentamentos urbanos e rurais (Nossa Terra).	ITERJ	Defensoria Pública/ Núcleo de Terras e Habitação- NUTH	52 – Programa de Regularização fundiária rural e urbana.
	Assessorar e prestar assistência técnica a gestores e técnicos municipais visando promover a regularização fundiária nos municípios.			
	Apoiar ações individuais que viabilizem a segurança jurídica dos agricultores familiares que ocupam áreas particulares, por meio das ações de Usucapião.	ITERJ		.
	Registrar a memória histórica da luta pela terra e moradia no ERF.	ITERJ		Convênio Petrobrás SEAD/ITERJ
	Elaborar o Cadastro de Terras e Regularização Fundiária nos municípios de Caxias e Japeri.	ITERJ	Funbio e Petrobrás	
	Prover assistência técnica e extensão rural, além do financiamento de projetos socioprodutivos em assentamentos da reforma agrária.	ITERJ EMATER	INCRA BNDES, UFF SENAR	19 – Programa de desenvolvimento sócio produtivo dos assentamentos

	Implantar projetos de infraestrutura, habitacionais e de geração de trabalho e renda nos assentamentos da reforma agrária.		Prefeituras locais	rurais e urbanos: Cooperação Técnico-Financeira BNDES/ITERJ
5. Ampliar e qualificar a produção de pescado através do desenvolvimento sustentável da pesca e da aquicultura.	Monitorar os municípios com produção pesqueira.	FIPERJ	FUNBIO PETROBRAS	385 - Fortalecimento das cadeias produtivas da pesca e da aquicultura. Convênio Petrobrás/FIPERJ
	Prover assistência técnica e extensão pesqueira e Aquícola (ATEPA).	FIPERJ	FUNBIO PETROBRAS	
	Realizar pesquisas aplicadas em pesca e aquicultura.		FUNBIO	
	Emitir Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) para pescadores artesanais e aquicultores.	FIPERJ	FUNBIO	
	Realizar cursos de beneficiamento do pescado e de piscicultura.	FIPERJ	FUNBIO PETROBRAS	

Diretriz 3 – Promoção, universalização e coordenação das ações de segurança alimentar e nutricional voltadas para povos indígenas, povos e comunidades tradicionais.

De acordo com o Decreto Federal 6.040/2000, são povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) os grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. A garantia do DHAA dos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais tem como principal requisito o acesso a seus territórios ancestrais e a preservação de sua cultura, pois é por meio da terra que garantem sua subsistência e modo de ser tradicional. Os PCTs mais presentes no estado são os indígenas, caiçaras, quilombolas e de matriz africana.

Os povos indígenas no Rio de Janeiro estão distribuídos em sete terras situadas no litoral do estado, em área de Mata Atlântica. Destas, cinco estão localizadas entre Angra dos Reis e Parati, uma (1) em Niterói e uma (1) em Cabo Frio. Os Guarani representam 94% dos 602 índios que habitam terras indígenas no estado. As aldeias Guarani não estão isoladas, mas interligadas por redes de parentesco e reciprocidade, seus territórios são recorrentemente alvo de conflitos e pressões. No final da década de 1980, a maior parte dos processos de demarcação das terras indígenas no ERJ foi aberta.

Das sete terras indígenas existentes no estado, apenas três foram homologadas: Bracuí, em Angra dos Reis; Araponga e Parati-Mirim, em Parati. A maior terra Guarani do Rio de Janeiro é Bracuí, com 2.127 hectares. As outras duas têm dimensão de 213 e 79 hectares, respectivamente. As Terras Indígenas Rio Pequeno e Arandu-Mirim, situadas no município de Parati, estão em processo de identificação por grupos de trabalho instituídos pela Funai. Já as terras indígenas de Camboinhas e Maricá não foram alvo de qualquer providência pelo governo federal visando a sua regularização. Em Camboinhas, Niterói, vivem 63 indígenas. Sua área está sobreposta à do Parque Estadual da Serra da Tiririca, o que dificulta em grande medida a sua regularização. Cabe destacar a existência da Aldeia Maracanã, na cidade do Rio de Janeiro, prédio histórico que abrigou o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e que é considerado território sagrado e referência urbana para os povos indígenas do país.

O reconhecimento oficial das comunidades remanescentes de quilombo, ou quilombolas, acontece mais recentemente, em 2003. São consideradas como grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida (Decreto 4887/2003). Quando ocupantes de territórios rurais, os sistemas de produção agrícola adotados pelos quilombolas são bem semelhantes aos praticados pelos agricultores familiares de menor renda. Desenvolvem suas atividades nas terras que ocupam, como trabalhadores rurais em fazendas da região ou como diaristas, o que ocorre pela insegurança jurídica ocasionada pela não regularização da posse das suas terras e pela dificuldade de acesso às políticas públicas. Existem no estado do Rio de Janeiro 38 comunidades quilombolas reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares. Destas, 22 estão em processo de regularização, e apenas duas são tituladas. São elas as comunidades de Preto Forro, em Cabo Frio, da Marambaia, em Mangaratiba, Campinho da Independência, em Paraty, e Santana, em Quatis. Os quilombos urbanos Sacopã, Pedra do Sal e Camorim, localizados na cidade do Rio de Janeiro, e ainda não titulados, são hoje importantes territórios de resistência cultural que prezam pela preservação da memória ancestral africana.

Povos e comunidades tradicionais de matriz africana passam a ser foco de políticas públicas apenas em 2013, quando é lançado o Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana. São definidos como grupos que se organizam a partir dos valores civilizatórios e da cosmovisão trazidos para o país por africanos para cá trasladados durante o sistema escravista, o que possibilitou um contínuo civilizatório africano no Brasil, constituindo territórios próprios caracterizados pela vivência comunitária, pelo acolhimento e pela prestação de serviços à comunidade. Os povos e comunidades tradicionais de matriz africana têm, historicamente, violados os seus direitos sociais, políticos, econômicos e culturais. Terreiros de umbanda e candomblé são constantes vítimas da intolerância religiosa e de racismo institucional⁹.

⁹ Segundo o Guia de Enfrentamento ao Racismo Institucional, produzido pela extinta Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), o racismo institucional se refere ao fracasso das organizações e instituições em prover um serviço profissional e adequado às pessoas em virtude de sua cor, cultura, origem racial ou étnica. O que coloca pessoas de grupos raciais ou étnicos discriminados em situação de desvantagem no acesso a benefícios gerados pelo Estado e demais instituições e organizações.

A invisibilidade dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana, do ponto de vista das políticas públicas, se reflete na ausência de levantamentos e dados oficiais. Entre os estudos realizados, destaca-se o trabalho “Mapeando o Axé: Pesquisa Socioeconômica e Cultural das Comunidades Tradicionais de Terreiro” (2010/2011), que entrevistou 4.045 lideranças tradicionais em todo o Brasil, cujo componente do ERJ mapeou 847 casas. Cabe ressaltar que a totalidade das casas mapeadas não representa a quantidade absoluta existente no estado. Segundo a pesquisa Mapeando o Axé, os territórios tradicionais de matriz africana mantêm intensa relação com a comunidade do seu entorno. Ações de saúde e assistência social são desenvolvidas, respectivamente, em 17,3% e 18,7% das casas de matriz africana. Destas, 95% distribuem alimentos e 47% o fazem diariamente, o que confirma o potencial desses espaços para a preservação do patrimônio alimentar e a segurança alimentar e nutricional. A Pesquisa de Mapeamento das Casas Religiosas de Matrizes Africanas do Estado do Rio de Janeiro realizada pelo NIREMA (Núcleo Interdisciplinar de Reflexão e Memória Afro descendente) da PUC-Rio, financiada pela SEPPIR (Secretaria de Políticas e Promoção da Igualdade Racial) identificou a maneira pela qual a intolerância religiosa se manifesta no estado. Segundo os relatos, mais da metade das casas, ou algum de seus adeptos, havia sofrido algum tipo de discriminação religiosa.

Políticas Estaduais

A Constituição Federal de 1988 reconhece o direito originário dos povos indígenas e demais povos e comunidades tradicionais, que se reforça com: i) a aprovação do Decreto Presidencial 5051/2004 que ratifica a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), e assegura o consentimento livre e informado, com base em consultas diretas ou a seus representantes sobre quaisquer políticas que possam afetar suas terras e/ou sua qualidade de vida, ii) a instituição, em 2007, da Política Nacional de Desenvolvimento de Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto Federal 6040/2007). Esta política tem como principal objetivo promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições. No ERJ as principais instituições que atuam nesta diretriz são a Secretaria de Estado de Cultura (SEC) e o ITERJ.

Em janeiro de 2018, atendendo a reivindicações dos povos indígenas do estado, foi criado o Conselho Estadual dos Direitos Indígenas (CEDIND). O conselho é composto por sete representantes de órgãos do governo estadual, seis representantes indígenas aldeados, seis representantes indígenas de contexto urbano, quatro representantes de universidades e um (1) da Defensoria Pública, para além de oito instituições, com destaque para a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e a Secretaria Especial da Saúde Indígena do Ministério da Saúde (SESAI). Este conselho tem como funções: encaminhar denúncias de violações de direitos indígenas; promover intercâmbio e cooperação com entidades e órgãos públicos ou privados, nacionais ou internacionais, de defesa dos direitos indígenas; fomentar uma política de educação e contribuir na definição de políticas públicas e diretrizes estaduais destinadas a promover direitos indígenas.

Regularização fundiária de comunidades quilombolas

O ITERJ assiste, desde 1998, as comunidades tradicionais, notadamente as remanescentes de quilombos, na regularização fundiária de seus territórios. Em terras próprias do estado e em áreas evidenciadas como devolutas, o ITERJ outorga em favor das comunidades Quilombolas Termos de Atestação Coletiva de Domínio, de eficácia plena e registrável. O Instituto atua de forma harmônica com o INCRA, na emissão de documentos da terra e em levantamentos de dados e elaboração de relatórios antropológicos. As comunidades que já receberam apoio são: Preto Forro Campinho da Independência (Paraty), Fazenda Espírito Santo (Cabo Frio), Campinho da Independência (Paraty), Tapera (Petrópolis), ondem vive um total de 175 famílias.

Segue como demanda do CONSEA RJ a necessidade de assegurar o direito ao território de comunidades negras urbanas, reconhecendo, como patrimônio material e imaterial e como território de interesse social e ambiental aos povos tradicionais de matriz africana e povos de terreiro, as áreas inseridas em cidades para garantir o mesmo tratamento dispensado aos demais templos religiosos. Nestes espaços deve-se valorizar e promover a produção de alimentos sagrados e para a comunidade e estimular o cultivo agroecológico de plantas medicinais caseiras, para uso ritualístico e consumo.

Desenvolvimento Rural

Desde 2013, por meio dos investimentos efetuados no âmbito do Convênio de Cooperação Financeira BNDES/ITERJ, o ITERJ provê serviços de ATER nas comunidades quilombolas de Preto Forro e de Maria Romana. Através de acordos de cooperação, em ambas as comunidades, foram realizadas obras, cessão de máquinas, implementos e insumos agrícolas. Dentre as atividades realizadas tem destaque os cursos de capacitação técnica em mecanização agrícola, tecnologia de produção e de beneficiamento, promovidos em parceria com o SENAR. Em parceria com a Escola Técnica Agrícola Municipal Nilo Batista foram realizados cursos e intercâmbios técnicos, e a produção de mudas de hortaliças que foram utilizadas para a implantação de hortas comunitárias, com a especial participação de crianças quilombolas. Em 2017, a partir de Acordo de Cooperação Técnica com o INCRA, o ITERJ passou a emitir DAPs quilombolas, e pode também ampliar suas atividades de ATER para outras 10 comunidades quilombolas rurais, passando a assistir um total de 564 famílias. Neste ano, 33 DAPs foram emitidas. Cabe destacar também o apoio para a participação das comunidades da região dos Lagos na Feira Agroecológica do Convento, em Cabo Frio.

Preservação e promoção do patrimônio cultural e alimentar

A SEC apoia iniciativas voltadas para a promoção e preservação do patrimônio cultural fluminense na salvaguarda da transmissão de saberes, seus significados e vivências. São apoios a Pontos de Cultura e prêmios em editais que valorizam os saberes e fazeres da diversidade de modos de vida, e a cultura alimentar de povos e comunidades tradicionais, e que também estimulam a organização coletiva e a geração de trabalho e renda.

Há um total de 230 pontos de cultura no ERJ, alguns destes estão localizados, ou fomentam a cultura dos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, embora ainda não haja um levantamento oficial. Dentre as iniciativas específicas, cabe destaque para: a) o edital “Prêmio de Cultura Afro-Fluminense”, lançado em 2015, em parceria com a extinta Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), cujo objetivo era o reconhecimento da importância e a premiação de iniciativas culturais de povos e comunidades tradicionais de matriz africana e de grupos artístico-culturais que têm por matéria-prima de seu trabalho a temática afro-brasileira e a preservação da memória e do patrimônio imaterial de grupos e comunidades, que, a despeito de dificuldades e preconceitos, mantêm vivas tradições que estão impressas também na sociedade; b) a “Celebração do dia nacional da Baiana de Acarajé”; c) o livro “A cozinha dos Quilombolas: sabores, territórios e memórias”; d) a “Horta dos orixás”, no Jongo da Serrinha; e) o projeto e livro “Difunla Kasembe: a Cozinha Sagrada”; f) e a construção da cozinha comunitária no Ponto de Cultura do Quilombo Campinho da Independência.

Desde 2012, a SEC desenvolve parceria com a Associação Indígena Aldeia Maracanã (AIAM), em ações voltadas para os povos indígenas tais como a articulação junto a Secretaria de Habitação para moradia na Aldeia Vertical (antigo presídio Frei Caneca), e os eventos de comemoração do Dia do Índio, e do Dia Internacional dos Povos Indígenas e de apoio à participação indígena na Feira do Lavradio. Ambos os eventos acontecem no Parque Lage, com uma vasta programação de eventos onde ocorrem oficinas de canto, dança e pintura corporal típica, contação de histórias, feira de artesanato e rádio indígena. Os eventos, abertos ao público, contam com a participação de indígenas de aproximadamente 12 etnias diferentes, quais sejam, Pataxó, Guarani, Fulniô, Puri, Tukano, Guajajara, TupiGuarani, Potiguara, Apurinã, Pankararu, Karipuna, Satere Mawé, dos estados da Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Em 2014, através do Edital de Ampliação da Rede de Pontos de Cultura (Programa Cultura Viva), a Aldeia Bracuí se tornou Ponto de Cultura do ERJ.

Acesso às políticas sociais

O MDS inseriu no CadÚnico campos que identificam os povos e comunidades tradicionais e estimulou estados e municípios a realizarem a busca ativa para a inclusão destes no cadastro, iniciativa esta que ainda não foi viabilizada no ERJ. De acordo com dados divulgados pelo MDS, um total de 1.597 famílias quilombolas e 227 famílias pertencentes a comunidades de terreiro do ERJ estão inscritas no CadÚnico. Dentre estas 813 e 117, respectivamente, recebem o Bolsa Família. É também insuficiente o cadastramento de povos indígenas, povos e comunidades tradicionais no Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), desafio este que precisa ser enfrentado.

PLANO DE AÇÃO 2019

Objetivos	Iniciativas	Responsável	Órgãos Parceiros	PPA
1. Promover a regularização fundiária e a inclusão produtiva de comunidades quilombolas	Promover a regularização fundiária rural e urbana de comunidades remanescentes de quilombos.	ITERJ	INCRA AQUILERJ	52 – Programa de regularização fundiária rural e urbana Cooperação Técnico-Financeira BNDES/ITERJ
	Prover assistência técnica e extensão rural, financiamento de projetos sócio produtivos e apoio ao acesso a programas nacionais.	ITERJ	INCRA EMATER SENAR Escola Técnica Agrícola Municipal Nilo Batista Prefeitura municipal de Cabo Frio AQUILERJ	19 – Programa de desenvolvimento socioprodutivo dos assentamentos rurais e urbanos Cooperação Técnico-Financeira BNDES/ITERJ
	Emitir DAPs quilombolas.	ITERJ	INCRA	
2. Promover o acesso dos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais às políticas públicas	Incentivar a inclusão/identificação dos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais no CadÚnico.	SECTIDS		
	Estimular a participação dos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais nas Chamadas Públicas de compras institucionais.	EMATER ITERJ		
3. Preservar o patrimônio cultural alimentar dos povos indígenas, povos de matriz	Apoiar iniciativas e projetos de preservação da memória e do patrimônio imaterial de povos	SEC		

africana e demais povos e comunidades tradicionais e promover a transmissão de seus saberes, significados e vivências alimentares.	indígenas, povos e comunidades tradicionais.			
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------	--	--	--

Diretriz 4 - Promoção da alimentação adequada e saudável, pelo fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis da atenção à saúde, estratégias de educação alimentar e medidas regulatórias

O Brasil, como vários outros países, vem passando por transformações no perfil nutricional da população com tendência de aumento da prevalência do excesso de peso (sobrepeso e obesidade) em todos os estratos de renda e faixa etária. A obesidade é um agravo de natureza multifatorial, tornando a reversão desse quadro desafiadora, pois requer um olhar para os condicionantes e para as interações entre processos individuais, ambientais e coletivos (SWINBURN et al.,2011¹⁰). Quando se considera o perfil alimentar das populações, observa-se o crescente consumo de produtos industrializados, calóricos, ricos em gorduras saturadas e açúcar em detrimento do alimento consumido in natura e culturalmente referenciado, especialmente frutas, legumes e verduras, arroz, feijão e farinha de mandioca.

Segundo os dados da Pesquisa de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (Vigitel), com pessoas maiores de 18 anos das capitais brasileiras, em 10 anos, a prevalência da obesidade passou de 11,8% em 2006 para 18,9% em 2016. No município do Rio de Janeiro, em 2016, a prevalência era de 20,9%, maior que a média nacional. De acordo com dados do SISVAN, em 2017, dentre as crianças menores de cinco anos, é alarmante a prevalência de sobrepeso (9,26%), e de obesidade (8,74%), maior do que as taxas para a região sudeste e o Brasil. Para as crianças de mais idade a situação é ainda mais grave, o sobrepeso e a obesidade atinge 33,2% da faixa etária entre cinco e dez anos, e 30% dos adolescentes.

Considerando o percentual de macronutrientes no total de calorias na alimentação domiciliar, o que se observava no ERJ é que os valores referentes aos carboidratos (57,8%) estão dentro da faixa recomendada pela OMS (55% a 75%). Porém é alarmante a participação de açúcares (20,4%), que se mantém muito acima do recomendado (10%), e em menor proporção das proteínas (17,7%), frente ao recomendado (10% a 15%) (Pesquisa de Orçamentos Familiares POF/IBGE 2008). Em estudo seccional sobre consumo de alimentos e bebidas, com amostra representativa da população usuária da rede básica municipal de saúde do município do Rio de Janeiro, verificou-se o consumo de 351 alimentos ultraprocessados (AUP) entre crianças de 6 a 59 meses. Dentre esses, destacaram-se as bebidas açucaradas; os biscoitos;

¹⁰ SWINBURN, Boyd A; SACKS, Gary; HALL, Kevin D; MCPHERSON, Klim; FINEGOOD, Diane; MOODIE, Marjory; GORTMAKER, Steven L. The global obesity pandemic: shaped by global drivers and local environments. Lancet, v.378, p.804–14, 2011.

os doces e guloseimas; os iogurtes ultraprocessados e as bebidas lácteas; os salgadinhos e chips; e farinhas e espessantes. A análise da composição nutricional em 100g mostrou que os AUPs referidos contêm excesso de energia, gorduras totais, gorduras saturadas, gorduras trans, sódio e pouca quantidade de fibras. Isto é preocupante na medida em que os AUP apresentam um perfil nutricional inadequado, desfavorável para a saúde e que impacta negativamente a qualidade nutricional da alimentação (AVELAR, 2017)¹¹.

O excesso de peso e da obesidade são um dos mais relevantes fatores de risco para as doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), portanto um desafio a ser enfrentado com políticas de estado. Em 2015, 59,5 % do número de óbitos no estado do Rio de Janeiro foram por DCNTs (Sistema de Informação sobre Mortalidade-SIM/SVS/SES-RJ). São considerados como fatores de proteção: a atividade física e o consumo de frutas, legumes e verduras. Em 2016, no Rio de Janeiro, a taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório, segundo faixa etária de 20 a 79 anos, foi de 24%, e de diabetes 39,9 % (Sistema de Informação sobre Mortalidade-SIM/SVS/SES-RJ).

Quanto às carências nutricionais observam-se, no Brasil, níveis inadequados de vitamina A em 17,4% das crianças e 12,3% das mulheres em idade fértil. As maiores prevalências estão na região sudeste, entre as crianças (21,6%) e entre as mulheres (14%) (Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde – PNDS, 2006). Em estudo realizado no município do Rio de Janeiro, foram estudadas 235 crianças na avaliação de desempenho do método teste para retinol sérico e foi encontrado uma prevalência de 11,5% de hipovitaminose A (Pereira, 2018¹²). Para o planejamento de políticas, importa lembrar que esta prevalência não justifica a adoção da oferta de megadose como suplementação profilática universal, conforme preconiza a Organização Mundial da Saúde (OMS), recomendada para prevalências acima de 20%. A anemia por deficiência de ferro é considerada um grave problema de saúde pública no Brasil em virtude das altas prevalências e da estreita relação com o desenvolvimento das crianças. No Brasil, a prevalência entre menores de cinco anos é de 20,9%, sendo de 24,1% em crianças menores de dois anos (PNDS, 2009). No estudo já citado (Pereira, 2018) a prevalência de deficiência de ferro encontrada nas crianças do município do Rio de Janeiro é de 19,2% pelo método referência.

Às principais causas dessas carências encontram-se fatores associados a práticas de saúde que se fossem melhores orientadas poderiam minimizar esse quadro. No caso da Vitamina A, o aleitamento materno é um importante aliado, a última “Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher”, de 2006, aponta que no Brasil avançou em um período de 10 anos, no entanto o aleitamento materno exclusivo ainda é pouco frequente. Outro fator que incide diretamente no estado nutricional da criança, é o início da alimentação complementar precocemente. A

¹¹ Avelar, C. O. (2017). Caracterização dos alimentos ultraprocessados consumidos por crianças de seis meses a cinco anos de idade usuárias de Unidades Básicas de Saúde (UBS) no Município do Rio de Janeiro. Dissertação do Instituto de Nutrição, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

¹² PEREIRA, Alessandra da Silva. Avaliação do desempenho de métodos diagnósticos de anemia e deficiência de vitamina A em crianças menores de cinco anos. 2018. 126 f. Tese (Doutorado em Alimentação, Nutrição e Saúde) – Instituto de Nutrição, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

morbimortalidade de crianças nos primeiros anos de vida está intimamente relacionada com práticas alimentares inadequadas, que podem acarretar desnutrição, excesso de peso, afecções respiratórias, doenças infecciosas, além das carências nutricionais. Todos esses fatores evidenciam a importância de fortalecer ações que promovam a prática do aleitamento materno, com suporte, orientação e acolhimento dessa população no âmbito da saúde. Em uma perspectiva mais ampla, essas carências também estão associadas a uma alimentação com baixa ingestão dessas vitaminas e minerais, o que demonstra a necessidade de políticas que viabilizem o acesso permanente a alimentos de qualidade. Nesse sentido é essencial formular e fortalecer ações intersetoriais que visem a promoção da alimentação adequada e saudável, com foco na garantia da segurança alimentar e nutricional, em detrimento a políticas de fortificação.

Estudos indicam também o risco relacionado ao consumo alimentar de agrotóxicos. De acordo com o Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA), em 2012 o percentual de amostras de alimentos insatisfatórias para consumo no Rio de Janeiro foi de 37,5%, um percentual significativamente maior do que a média nacional (19,7%)¹³. Estudos demonstram que, em 2014, havia na região serrana a presença constante de situações de risco, especialmente no que diz respeito à produção de tomates¹⁴. No município de Paty do Alferes, por exemplo, a atividade olerícola intensiva, favorecia a contaminação da água por agrotóxicos, tanto superficial quanto subterrânea. Em Nova Friburgo, foi detectada a presença de agrotóxicos no ambiente, em especial nos rios, e a concentrações de agrotóxicos em valores até oito vezes acima do limite permitido pela legislação brasileira, em áreas onde a atividade agrícola era mais intensiva. Por outro lado, é interessante observar que nos últimos anos, tem sido crescente a produção de alimentos orgânicos e agroecológicos na região serrana, bem como o crescimento de iniciativas voltadas para a conservação das áreas verdes, da fauna e proteção das fontes de água, o que tem sido um crescente foco de políticas de desenvolvimento rural sustentável como se verá mais adiante. No que se refere à contaminação da água encanada para consumo humano por agrotóxicos, ainda não há indicação de riscos. De acordo com projeto piloto de monitoramento do parâmetro de agrotóxico no VIGIAGUA, em que foram realizadas 39 análises, em 10 municípios considerados como de “altíssimo e alto risco”, todas foram consideradas dentro do padrão proposto.

Políticas Estaduais

A alimentação e a nutrição constituem requisitos básicos para a promoção e a proteção da saúde, segundo a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), destacando o aspecto da alimentação adequada e saudável. É por meio da PNAN que se incorpora o enfoque da SAN no Sistema Único de Saúde. No estado do Rio de Janeiro cabe à Área Técnica de Alimentação e Nutrição (ATAN) a gestão e estruturação das ações e a implementação dos programas, de modo a atender às especificidades do estado. São funções da ATAN: as pactuação em Comissões Intergestoras Bipartite e Regionais de estratégias e metas para a implantação das ações e programas da PNAN na Rede de Atenção à Saúde, a

¹³ ANVISA (2013). Relatório de atividades de 2011 e 2012.

¹⁴ EMBRPA (2014). Relatório “Panorama da Contaminação Ambiental por Agrotóxicos e Nitrato de origem Agrícola no Brasil”.

elaboração de plano de ação considerando as questões prioritárias e especificidades regionais; a assessoria técnica e apoio institucional aos municípios e Regiões de Saúde; a destinação de recursos estaduais para compor o financiamento tripartite das ações; além da articulação intersetorial e interinstitucional necessária à implementação das diretrizes da PNAN. As principais pactuações estão relacionadas à cobertura das condicionalidades de saúde do Programa Bolsa Família e o Plano Nacional de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis. Integra ainda o campo de atuação da Secretaria Estadual de Saúde na SAN, a vigilância alimentar e nutricional, a promoção da alimentação saudável, prevenção e controle de carências nutricionais e outras doenças associadas à alimentação, a vigilância sanitária dos alimentos, e o aleitamento materno.

A política de alimentação e nutrição conta com incentivo financeiro repassado ao governo do estado e aos municípios na modalidade fundo a fundo, através do Fundo de Alimentação e Nutrição (FAN). Em 2017 foram repassados R\$ 395.000 para 30 municípios fluminenses com mais de 30 mil habitantes para a realização de ações de alimentação e nutrição. A ATAN tem enfrentado entraves burocráticos para a utilização do FAN, o que tem acarretado a não utilização do orçamento destinado ao governo do estado.

Enfrentamento do sobrepeso e da obesidade

Em 2011 o Ministério da Saúde, com a participação de Instituições de Ensino e Pesquisa, lançou o I Plano Nacional de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs) no Brasil (2011-2022) e incentivou os estados e município a elaborarem seus planos. Em 2013 o ERJ adere a esta estratégia e publica o Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das DCNTs no estado do Rio de Janeiro¹⁵ (2013 – 2022), criando também um comitê de monitoramento. A Divisão de Vigilância de Doenças e Agravos Não Transmissíveis e Promoção da Saúde (DIVDANT) realiza anualmente Diagnóstico Situacional das Regiões de Saúde e seus municípios.

Os últimos relatórios de monitoramento mostram que o grande desafio é o enfrentamento da obesidade. Desde o lançamento do Plano, não houve avanços positivos, pois a prevalência mantém-se elevada no ERJ, assim como em todo o país. A realização da Vigilância Alimentar e Nutricional como uma ação regular na rotina dos serviços para alimentar o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) é um dos principais desafios a ser enfrentado, pois é a partir das informações colhidas que se poderá realizar planejamentos baseados em um diagnóstico situacional regionalizado sobre a obesidade. A dificuldade em estabelecer a Linha de Cuidado para o sobrepeso e obesidade aponta para a desarticulação da Rede de Atenção à Saúde (RAS) no estado. Cabe destacar que este desafio será enfrentado a partir de um projeto de pesquisa a ser coordenado pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e executado em parceria com uma ampla rede de instituições e universidades.

¹⁵ No momento de elaboração deste do I PLESANS, o plano em questão estava em fase de realinhamento de metas e mudança de denominação para Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças e Agravos Não Transmissíveis (DANTs).

A UERJ, em parceria com a Universidade Federal Fluminense - UFF, a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UFRJ, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (Campus Rio de Janeiro e Campus Macaé), a Faculdade Bezerra de Araújo, Faculdade Arthur Sá Earp Neto, a FIOCRUZ/Escola Nacional de Saúde Pública, a Secretaria de Estado da Saúde - RJ, as Secretarias Municipais de Saúde de Duque de Caxias, Macaé, Mesquita e do Rio de Janeiro, foi contemplada com Recursos da Chamada CNPq/MS/SAS/DAB/CGAN Nº 26/2018-ENFRENTAMENTO E CONTROLE DA OBESIDADE NO ÂMBITO DO SUS, para o desenvolvimento do projeto "Ações de controle e enfrentamento da obesidade no estado do Rio de Janeiro – pesquisa, formação, monitoramento e difusão". Este projeto será iniciado em 2019 e terá como objetivo geral subsidiar a implementação de ações para o controle e o enfrentamento do sobrepeso e obesidade nas diferentes regiões do estado do Rio de Janeiro. Para tal irá desenvolver ações de pesquisa que visam analisar as condições de organização da linha de cuidado da obesidade na rede de atenção à saúde nas diferentes regiões do estado do RJ; dois cursos de formação: (a) um curso para profissionais de saúde de nível superior, para todas as profissões, que atuam na AB (b) um curso para gestores municipais das áreas de AB, ATAN, PSE, DANT e Promoção da Saúde; e implantará um observatório de obesidade com o objetivo de sistematizar, monitorar e difundir informações sobre dados, ações e intervenções relacionadas ao controle e enfrentamento da obesidade.

Vigilância Alimentar e Nutricional

O sistema de informação das Unidades Básicas de Saúde (UBS) é o Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (SISAB), cuja operacionalização é realizada pela estratégia e-SUS Atenção Básica (e-SUS AB). Cabe ao ERJ capacitar as unidades do estado e dos municípios para a sua utilização, estimular o preenchimento do sistema e o planejamento das ações.

É ainda muito baixa a cobertura do SISVAN no ERJ. De acordo com o registro de atendimentos, apenas 5,5% da população tem diagnóstico no sistema. As maiores dificuldades encontradas pelos municípios são em relação à qualidade dos preenchimentos e dificuldades estruturais como computadores, cabeamento e internet de qualidade, além de número insuficiente de pessoal. Apesar de constante aprimoramento, os relatórios emitidos pelo SISAB ainda são incipientes para uma análise mais profunda da situação de saúde dos municípios. Um desafio atual é a migração dos dados e-SUS Atenção Básica para o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), o que constitui como mais um desafio, tanto no que corresponde à qualidade das informações necessária para esta integração, assim como a cultura de análise das informações produzidas.

Vigilância Sanitária

A Superintendência de Vigilância Sanitária do Estado do Rio de Janeiro (SUVISA) coordena e executa a vigilância da qualidade de alimentos para promoção e garantia da saúde da população através do apoio e monitoramento das Vigilâncias Sanitárias Municipais e da execução de diversos programas de monitoramento dos alimentos comercializados e produzidos em todas as regiões e municípios do estado do Rio de Janeiro. Cabe ao governo do estado supervisionar a

sua realização em nível municipal e também executar em caráter complementar em determinadas regiões metropolitanas.

Nutrisus

A Estratégia de Fortificação da Alimentação Infantil com Micronutrientes em Pó, conhecida como NUTRISUS foi lançada em 2014 como parte da Ação Brasil Carinhoso. A proposta visa a adição de 15 micronutrientes em pó (vitaminas e minerais) aos alimentos consumidos por crianças de 6 a 48 meses nas creches públicas ou conveniadas com o poder público. A compra é feita via Ministério da Saúde, que tem a função de distribuir pelos estados e municípios que aderiram a pactuação anual com o Saúde na Escola. É uma ação optativa, que no estado do Rio de Janeiro contou com a adesão de 20 municípios, que em 2018 tem como meta o atendimento de 4.594 crianças. Esta é uma política que chega ao Brasil por influência de organismos internacionais, sob fortes críticas quanto à sua aplicabilidade e efetividade. Por esta razão vários municípios do estado, como é o caso do Rio de Janeiro, não aderiram ao programa.

O CONSEA RJ expressa uma visão crítica sobre este programa. No Brasil iniciativas de combate a carências nutricionais existem há décadas, a princípio com o foco na suplementação de iodo, ferro e Vitamina A, identificadas como principais carências, uma vez que a ingestão inadequada desses nutrientes resulta em uma série de acometimentos para a saúde da criança. Ainda não há um sistema de vigilância epidemiológica que permita o monitoramento e avaliação dos resultados das ações de suplementação. O controle é feito através do número de doses dispensadas pelo serviço de saúde, o que não permite uma análise do impacto na saúde da criança. Na visão do CONSEA RJ, o NUTRISUS incorre ao mesmo problema, tendo em vista que não há comprovação da eficácia desse tipo de estratégia. Além disso, os sachês não são registrados no Brasil, ou seja, não há produção nacional, obrigando o país a importar via OPAS, o que pode resultar em um maior direcionamento dos escassos recursos destinados à PNAN recursos para esse fim.

Saúde na Escola

O Programa Saúde na Escola (PSE) é uma política intersetorial instituída em 2007, com o objetivo de promover ações articuladas entre as redes públicas de saúde e de educação. Como parte dela surge, em 2017 o programa Crescer Saudável, que consiste em um conjunto de ações articuladas, implementadas nas escolas e na Rede de Atenção à Saúde do SUS, com o objetivo de garantir o adequado acompanhamento do crescimento e desenvolvimento na infância, com vistas a prevenir, controlar e tratar a obesidade infantil. Estas ações abrangem os cuidados relativos à alimentação e nutrição voltados à promoção e proteção da saúde, diagnóstico e tratamento da obesidade, incentivo à prática corporal e de atividade física e a ações voltadas à mudança de comportamento. Trata-se de uma agenda do SUS onde está necessariamente incluída a realização de articulação intersetorial no território, tendo em vista a complexidade dos determinantes da obesidade.

Aleitamento Materno

No ERJ há um conjunto de ações voltadas para a promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno, que se desenvolvem como parte da Política Nacional de Incentivo ao Aleitamento Materno (PNIAM), da Política Nacional de Assistência Integral à Saúde da Criança (PNAISC) e da Rede Cegonha, nos componentes “Pré-natal”, “Parto e nascimento”, “Puerpério” e “Criança até 2 anos de idade”.

Esta política é composta por ações voltadas para a área hospitalar (iniciativa Hospital Amiga da Criança - HAC; Bancos de Leite Humano - BLH; Método Canguru), para a atenção básica (Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil -EAAB), para a proteção legal ao aleitamento (leis trabalhistas; Normas Brasileiras de Comercialização de Alimentos para Lactentes e Crianças de Primeira Infância e de Produtos de Puericultura Correlatos -NBCAL; Salas de Apoio à Mulher Trabalhadora que Amamenta), promoção ao aleitamento materno e mobilização comunitária (Semana Mundial de Aleitamento Materno e Agosto Dourado; Campanha de Mobilização para Doação de Leite Humano) e monitoramento (pesquisas nacionais; monitoramento anual dos IHACs).

Atualmente, o ERJ possui 15 HACs. O governo do estado apoia os processos de acreditação, cabe a esta instância: a análise da auto avaliação realizada pela própria equipe da instituição candidata; a realização da pré-avaliação da instituição, por avaliadores estaduais, credenciados pelo MS; e a reavaliação trienal dos hospitais já titulados. São realizadas também a formação de multiplicadores das iniciativas de aleitamento propostas e fornecido apoio às equipes das unidades hospitalares candidatas ao título. Para além das iniciativas propostas pelo governo federal, o ERJ tem uma política própria de aleitamento materno voltada para a atenção básica, a Iniciativa Unidade Básica Amiga da Amamentação (IUBAAM). Atualmente são 107 unidades credenciadas com o título. A mais importante instância de gestão destas políticas é o Grupo Técnico Interinstitucional de Aleitamento Materno (GTIAM) que tem como competências: planejar as ações da Área Técnica de Aleitamento Materno no Estado; atuar na capacitação de recursos humanos para implantação e/ou implementação das ações da ATAM em todos os municípios; assessorar, monitorar e acompanhar as ações dos municípios relacionados ao aleitamento materno.

No estado do Rio de Janeiro há um total de 18 Bancos de Leite que fazem parte da Rede Brasileira de Bancos de Leite Humano, coordenada pelo Instituto Fernandes Figueira. Desde 1997 a rede é gerida com apoio da Comissão Estadual de Bancos de Leite Humano, responsável por elaborar normas técnicas, definir linhas de atuação e prioridades, e colaborar e subsidiar a Vigilância Sanitária em sua área de competência. Existem também 41 Salas de Apoio à Mulher Trabalhadora que Amamenta, uma política do Ministério da Saúde que estimula empresas e instituições a investirem em espaços destinados à ordenha e estocagem de leite materno durante a jornada de trabalho, com o apoio de profissionais de saúde. Em rela

ção à NBCAL cabe ao governo do estado a capacitação de equipes da vigilância sanitária estadual e municipais, e demais profissionais da rede de saúde. O monitoramento da NBCAL é realizado em parceria com as vigilâncias sanitárias estadual e municipais, com o apoio da Rede Internacional em Defesa do Direito de Amamentar.

Necessidades alimentares especiais

Em 2017 a SES realizou o I Encontro Estadual de Doença Celíaca, com o objetivo de capacitar profissionais de saúde da rede pública dos municípios do ERJ em ações voltadas para a regularidade do diagnóstico e tratamento da doença celíaca. O encontro, que contou com a participação de 78 pessoas, ocorreu como um dos desdobramentos de uma agenda pactuada com o Ministério Público e Associação dos Celíacos (Acelbra-RJ). Segue como demanda expressa pelo CONSEA RJ: i) a garantia de alimentação escolar adequada na rede pública e privada para estudantes diagnosticados com necessidades alimentares especiais, ii) o Incentivo ao cumprimento dos requisitos de rotulagem obrigatória para alimentos causadores de alergias alimentares, iii) a prevenção da contaminação cruzada na produção de alimentos livres de glúten, iv) a adequação dos estabelecimentos comerciais para atendimento do público com necessidades alimentares especiais, v) a facilitação do acesso ao alimento adequado para portadores de necessidades alimentares especiais, particularmente para pessoas de baixa renda.

Monitoramento do uso de agrotóxicos

No ERJ o controle do comércio e do uso dos agrotóxicos tem na Constituição Estadual o seu mais relevante marco legal (Capítulo VI: da Política Agrícola) e no Sistema Informatizado de Controle Agropecuário (SIAPEC), gerido pela SEAPPA, seu principal instrumento de gestão. Este sistema, em fase de aprimoramento, permite o armazenamento dos dados das unidades produtivas, visando o histórico de uso, controle e destinação das embalagens dos produtos de agrotóxicos por agricultor/produtor rural, a localização da unidade de produção e a respectiva Micro bacia Hidrográfica.

No período entre janeiro de 2017 e janeiro de 2018 o sistema computou a comercialização de 1.200 toneladas de agrotóxicos em todo o estado. Cabe destacar o trabalho desenvolvido pelo Serviço Oficial da Defesa Sanitária do Estado do Rio de Janeiro, vinculado à SEAPPA, responsável pelo cadastro estadual de agrotóxicos, em seus esforços para evitar cargas ambientais e agravos à saúde dos usuários. Dentre os 1.890 produtos formulados registrados a nível nacional, foram autorizados para uso no estado 801 produtos.

Entre 2017 e 2018, a partir da atuação da Defesa Sanitária, foram retiradas das áreas rurais cerca de 50 toneladas de embalagens vazias, para as quais foi dado tratamento ambientalmente adequado. Em parceria com a EMATER-RIO, é desenvolvido um trabalho informativo e de caráter educativo voltado para o estímulo à adoção de práticas de manejo ecológico e de controles alternativos, com a premissa básica de manter e preservar a saúde da população e de cuidado com o meio ambiente.

O Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA) foi iniciado em 2001 pela ANVISA com o objetivo de avaliar continuamente os níveis de resíduos de agrotóxicos nos alimentos de origem vegetal que chegam à mesa do consumidor. O Programa é uma ação do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS), coordenado pela ANVISA em conjunto com os órgãos estaduais e municipais de vigilância sanitária e laboratórios estaduais de saúde pública. Os relatórios que apresentam os resultados do Programa têm constituído um dos principais indicadores da qualidade dos alimentos adquiridos no mercado varejista e consumidos pela população e possibilitam: verificar a correta utilização dos agrotóxicos, avaliar a exposição do consumidor, subsidiar a avaliação da exposição do trabalhador, identificar as culturas mais afetadas, identificar as áreas de produção mais problemáticas, possibilitar ação local para correção do problema.

Entre os meses de março de 2013 e agosto de 2014, foram analisadas no ERJ um total de 203 amostras de tomate, pimentão, abobrinha, uva, goiaba, pepino, mamão, maçã, morango, abacaxi e manga, provenientes de 79 diferentes municípios de 11 diferentes estados. Amostras produzidas no ERJ representam aproximadamente 50% do total analisado. No ano de 2015 foram analisadas 48 amostras. Com relação às análises de orientação, a VISA/RJ encaminha os laudos insatisfatórios às VISAS identificadas como locais de origem dos produtos amostrados. Além disso realiza atividades educativas a partir do Fórum Estadual de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos do Estado do Rio de Janeiro (FECIA).

No âmbito do VIGIAGUA, o monitoramento da qualidade da água teve em 2013 o início do projeto piloto “elaboração e implementação de monitoramento do parâmetro de agrotóxico no VIGIAGUA” em municípios considerados como de “altíssimo e alto risco”. Em 2017 foram realizadas 39 análises em 10 municípios¹⁶.

¹⁶ Paty de Alferes, Varre-Sai, São João da Barra, Nova Friburgo, Petrópolis, Porciúncula, São José do Vale do Rio Preto, Sumidouro, Teresópolis, Trajano de Moraes.

PLANO DE AÇÃO 2019

Objetivos	Iniciativas¹⁷	Responsável	Órgãos Parceiros	PPA
1. Enfrentar a tendência de crescimento das taxas de sobre peso e obesidade, especialmente entre o público infantil, de modo a prevenir Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs).	Apoiar tecnicamente as regiões para a qualificação das ações de atenção básica no âmbito da linha de cuidado da obesidade.	SES	Secretarias Municipais de Saúde Secretaria de Educação UERJ	145 – Promoção da Saúde e vigilância epidemiológica
	Coordenar o Grupo de Trabalho Intersetorial do Programa Saúde na Escola, em parceria com a Secretaria de Estado de Educação.	SES		
	Realizar Evento Intersetorial para Promoção da Alimentação Saudável no Seguimento Escolar.	SES		
	Apoiar tecnicamente os municípios através de atividades de qualificação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), nos temas relacionados às necessidades decorrentes do uso de Álcool e Drogas, à Infância/adolescência, à desinstitucionalização e à Gestão dos serviços.	SES	Secretarias Municipais de Saúde Secretaria de Educação	
	Propor a ampliação da divulgação da cartilha "Menos Sal, Mais Saúde", elaborada em 2012 pela SUVISA/SES, em estabelecimentos de interesse à saúde.	SES		

¹⁷ Algumas das iniciativas correspondem : i) ao Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das DCNTs no estado do Rio de Janeiro (2013 – 2022); e ii) à Programação Anual de Saúde (PAS), instrumento que operacionaliza o Plano Estadual de Saúde (PES) a cada ano, em consonância com o exercício financeiro. O PES 2016-2019 (PES) contém as estratégias e metas relacionadas às prioridades setoriais e constituiu-se como a base das ações finalísticas e metas do Plano Plurianual (PPA) para a mesma vigência.

	Potencializar as ações de promoção da saúde, voltadas para a alimentação saudável, as culturas alimentares locais, práticas corporais, esportivas e atividade física, prevenção do consumo de drogas, tabaco e álcool, no Programa Saúde na Escola (PSE), junto aos municípios.	MS	SES	
	Divulgar os Guias Alimentares: Guia Alimentar para a População, Guia Alimentar para menores de 02 anos, Guia de Boas Práticas Nutricionais para Alimentação Fora de Casa, em especial através da Rede Cegonha, Estratégia Amamenta e Alimenta, das Academias de Saúde, do Programa Saúde na Escola, entre outras. Apoiar os municípios para a promoção de ações intra e intersetoriais voltadas à educação alimentar e nutricional para a população em geral e às famílias beneficiárias dos programas socioassistenciais.	MS	SES	Não Aplicável ¹⁸
	Estimular e apoiar os modelos de atenção integral à saúde do portador de excesso de peso na rede de saúde, em especial na Atenção Básica, de forma a controlar o avanço desse excesso de peso na população.	MS	SES	
	Estimular iniciativas intersetoriais para a promoção de modos de vida saudáveis nos territórios, considerando espaços urbanos (como escola, ambiente de trabalho, equipamentos	MS	SES	

¹⁸ Não consta nas diretrizes e ações correspondentes dos Instrumentos de Planejamento do PAS 2018 que operacionaliza as estratégias e metas do PES 2016-2019, elaborado a partir do Plano Plurianual do Estado do Rio de Janeiro (PPA) para o período de 2016 a 2019.

	públicos de alimentação e nutrição, atividade física e redes de saúde e socioassistencial) e/ou espaços rurais.			
2. Controlar e prevenir os agravos e doenças consequentes de carências nutricionais	Elaborar boletins sobre o monitoramento das condicionalidades de saúde do Programa Bolsa Família.	SES		145 – Promoção da Saúde e vigilância epidemiológica
	Prevenir a anemia e outras carências nutricionais através da Fortificação da Alimentação Infantil com Micronutrientes em Pó (NUTRISUS).	MS	SES	Não Aplicável
	Implementar o Programa Nacional de Suplementação de Vitamina A para crianças de 06 a 59 meses (PNSVA).	MS	SES	
	Implementar o Programa Nacional de Suplementação de Ferro para crianças de 06 a 24 meses (PNSF).	MS	SES	
	Acompanhar o crescimento e o desenvolvimento na infância, com vistas a prevenir, controlar e tratar a obesidade infantil (Crescer Saudável).	MS	SES	
	Ampliar a cobertura do acompanhamento das condicionalidades de saúde do Programa Bolsa Família.	MS	SES	
3. Diminuir ou prevenir riscos à saúde e intervir nos problemas sanitários decorrentes da produção e circulação de alimentos.	Analisar amostras de produtos de interesse da Vigilância Sanitária enviadas ao LACEN Realizar capacitação em rotulagem para as VISA's dos municípios do estado.	SES/SUVISA	Vigilâncias Sanitárias Municipais	146 – Vigilância Ambiental e Sanitária
	Executar os programas de monitoramento nacionais: Programa de Avaliação do Teor Nutricional (PATEN), Programa de Monitoramento	MS	SES	Não Aplicável

	<p>de Aditivos e Contaminantes (PROMAC), Programa de Análise de Resíduos de Medicamentos Veterinários em Alimentos de Origem Animal (PAMVet); Programa Nacional de Monitoramento da Qualidade Sanitária dos Alimentos (PNMQSA) com foco no monitoramento das substâncias cancerígenas (agrotóxicos, aditivos e contaminantes, organismos geneticamente modificados (OGM), etc) nos alimentos e dos teores de sódio, gorduras, gorduras trans e sacarose nos alimentos industrializados, PRO-iodo: Programa Nacional de Prevenção e Controle dos Distúrbios por Deficiência de Iodo (PRO-iodo).</p>			
	<p>Realizar encontro para sensibilização do setor regulado (Indústrias de Alimentos) sobre a produção de alimentos mais saudáveis, com menores teores de sódio, gorduras e sacarose.</p>	ANVISA	SES	
4. Monitorar o padrão alimentar, e a prevalência de baixo peso, sobrepeso, obesidade e fatores associados ao consumo de alimentos não saudáveis.	<p>Monitorar as ações previstas no Plano Estadual de Ações estratégicas para enfrentamento das DCNT</p>	SES/SVEA	SES - SAS/SAB SAECA, CURGE	145 – Promoção da Saúde e vigilância epidemiológica
	<p>Implementar e qualificar a vigilância alimentar e nutricional no contexto da Atenção Básica de Saúde, por meio da utilização do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan).</p>	SES	Secretarias Municipais de Saúde	
5. Proteger e promover o	<p>Divulgar o material educativo "Cartilha de Promoção do Aleitamento Materno e Alimentação Complementar</p>	SES - SAS/SAB	Secretarias Municipais de Educação/UERJ	145 – Promoção da Saúde e

aleitamento materno.	Saudável para Menores de Dois Anos"			vigilância epidemiológica;
	Realizar atividades de Promoção e Proteção ao Aleitamento Materno: Semana Mundial de Aleitamento Materno; Dia Mundial de Doação de Leite Materno; Qualificações para Equipes de Atenção Básica na Iniciativa Unidade Básica da Amamentação; Norma Brasileira de Comercialização de Alimentos para Lactentes e Crianças da 1ª Infância, Bicos,	SES - SAS/SAB	Secretarias Municipais de Educação/UERJ	145 – Promoção da Saúde e vigilância epidemiológica;
	Apoiar os processos de acreditação dos Hospitais Amigos da Criança.	MS	SES Secretarias Municipais de Saúde	Não Aplicável
	Realizar a acreditação das Iniciativas Unidade Básica Amiga da Amamentação.			
	Capacitar recursos humanos para implantação e/ou implementação das ações de aleitamento materno.			
	Divulgar o material educativo "Cartilha de Promoção do Aleitamento Materno e Alimentação Complementar Saudável para Menores de Dois Anos"			
	Realizar atividades de Promoção e Proteção ao Aleitamento Materno: Semana Mundial de Aleitamento Materno; Dia Mundial de Doação de Leite Materno			
	Apoiar a implementação das Salas de Apoio à Mulher Trabalhadora que Amamenta.			
Monitoramento a implementação da NBCAL.				

6. Aperfeiçoar os mecanismos de gestão e controle do uso de agrotóxicos.	Coletar e analisar alimentos através do Programa Nacional de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimento.	ANVISA	SES/SUVISA (Vigilância Sanitária) Secretarias Municipais de Saúde	Não Aplicável
	Monitorar o parâmetro de agrotóxico nas águas (VIGIAGUA).	MS ANVISA	SES (Vigilância Epidemiológica) Secretarias Municipais de Saúde	Não Aplicável

Diretriz 5 - Promoção do acesso universal a água de qualidade e em quantidade suficiente, com prioridade para as famílias em situação de insegurança hídrica e para a produção de alimentos.

O ERJ apresenta uma boa cobertura de saneamento básico: 98,6% dos domicílios particulares permanentes possuem canalização interna de água e 81,7% dos domicílios tem acesso à rede coletora de esgotamento sanitário, enquanto o restante utiliza outras formas (7,8% possuem fossa séptica ligada à rede coletora, 5% com fossa séptica não ligada à rede coletora e 1,5% utilizam fossa rudimentar) ou não tem acesso (3,7%) (PNAD/IBGE, 2015). De acordo com o Sistema de Informação de Vigilância e Qualidade da Água para o Consumo Humano (Sisagua) do SUS, 77% são abastecidos por Sistemas de Abastecimento de Água (SAA) em detrimento a sistemas alternativos, considerados como menos seguros (sisagua, 2016). Em 2017, no ERJ, em relação ao cloro residual, foram analisadas 15.224 amostras de água, com 76% em conformidade com o padrão de potabilidade; para turbidez, 13.223 amostras, com 97%; e, por fim, para coliformes totais, 13.501, com 86% amostras dentro do padrão. Acrescenta-se que, a partir desse quantitativo, verificam-se municípios em situação de perigo¹⁹, como, por exemplo, Barra do Piraí, Quatis, Rio Claro, Rio de Janeiro e Santa Maria Madalena, que estão na faixa de 50% de amostras em conformidade para cloro residual. A respeito da turbidez, fora Porto Real, com 73%, todos os municípios analisados estão de acordo com o padrão de potabilidade (acima de 90%). Seis municípios encontram-se abaixo de 80% das amostras dentro do padrão: Cachoeiras de Macacu, Campos de Goytacazes, Itatiaia, Mangaratiba, São João da Barra e São José do Vale do Rio Preto. Destaque para São João da Barra, com 46%, e Cachoeiras de Macacu, com 49%. Todas as amostras são de água distribuída por SAA.

¹⁹ Trata-se de um evento ou situação potencialmente prejudicial, que pode causar danos materiais ou interrupção das atividades social e econômica, entre outros. Assim como “Risco”, Perigo é utilizado, na epidemiologia, para caracterizar os variados eventos de saúde.

Dados do Censo Escolar mostram que 19% das escolas da educação básica são abastecidas por sistemas alternativos, e não por rede geral de distribuição. No meio rural as escolas abastecidas por poço artesiano, cisterna e córregos chegam a 57%, o que exige um esforço de acompanhamento da qualidade da água e orientações sobre o uso adequado destes sistemas alternativos.

O Brasil é rico em água doce, porém a pressão sobre os recursos hídricos e o aumento das fontes de poluição exigem planejamento e monitoramento das condições dos corpos d'água. Um estudo realizado pelo INEA, em 2014, comparava os diferentes usos da água no ERJ. As maiores demandas encontradas foram água para uso industrial (60%) e abastecimento humano (32%), referentes à demanda total. A demanda do setor industrial concentrava-se na RH II (Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Guandu, na RH III (Comitê de Bacia Hidrográfica do Médio Paraíba do Sul) e RH IX (Comitê de bacia Hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana). A maior parte da demanda de água para abastecimento humano encontrava-se na RH V (Baía da Guanabara). E, a RH IX foi a que apresentou a maior quantidade da demanda por água para outros fins como mineração, agricultura e criação animal.

Políticas Estaduais

A SAN requer água para consumo humano em quantidade e qualidade, água para o consumo animal, o uso sustentável da terra, a proteção dos mananciais, das nascentes, rios e florestas e água para a produção de alimentos. Falar de água e SAN requer pensar a questão hídrica em três dimensões: água de qualidade para o consumo humano; conservação e recuperação da qualidade dos recursos hídricos, e qualidade do saneamento básico. Em quase todo o ERJ o abastecimento de água é feito por empresas terceirizadas, públicas e privadas, e a qualidade da água monitorada a partir das diretrizes do Programa Nacional de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (VIGIAGUA), estruturado a partir dos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) e metodologia proposta pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Dentre as empresas, tem destaque a Companhia Estadual de Águas e Esgotos (CEDAE), presente em 62 municípios, e que encontra hoje sob risco de privatização. Cabe destacar que no ERJ dois milhões de pessoas pobres têm acesso à água devido à tarifa social, o que implica que os mais pobres pagam uma tarifa mais baixa que o valor cobrado para o restante da população. Esta tarifa é fundamental para a garantia do direito humano à água para essas populações. Dentre as políticas estaduais que asseguram água de qualidade nos meios rurais, tanto para o consumo humano, quanto para a produção, tem destaque as que se desenvolvem no âmbito do Rio Rural.

Água para consumo humano e produção de alimentos

Investimentos na recuperação da qualidade da água são parte do Programa Rio Rural, que apoiou até julho de 2018, a realização da proteção de 8.290 nascentes, em uma área total de 2.187 hectares, a recuperação de 600 hectares de mata ciliar e a implantação de 697 subprojetos. O abastecimento de água foi contemplado na construção de 80 poços tubulares profundos e 120 açudes e cisternas para o consumo humano e animal e irrigação racional das culturas. No

que concerne a ampliar a cobertura de ações e serviços de saneamento básico e serviços de abastecimento de água, foram instaladas 1.017 fossas sépticas biodigestoras.

Vigilância da qualidade da água

O VIGIAGUA é o instrumento de implementação das ações de vigilância da qualidade da água para consumo humano, gerido no ERJ pela SES. Consiste no conjunto de ações adotadas continuamente pelas autoridades de saúde pública para garantir à população o acesso à água em quantidade suficiente e qualidade compatível com o padrão de potabilidade, estabelecido na legislação vigente, como parte integrante das ações de promoção da saúde e prevenção dos agravos transmitidos pela água. Apesar do controle da qualidade da água ser responsabilidade das empresas públicas e privadas de abastecimento de água, cabe às autoridades de saúde pública das diversas instâncias de governo a missão de verificar se a água consumida pela população atende às determinações definidas pelo Ministério da Saúde, inclusive no que se refere aos riscos que os sistemas e soluções alternativas de abastecimento de água representam para a saúde pública.

Por meio do Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (SISAGUA), os municípios realizam a coleta e registram no sistema as análises básicas de: cloro residual, turbidez, coliformes totais e fluoreto, seguindo um plano de amostragem, que determina um quantitativo mínimo para cada município. Ao longo dos últimos anos observa-se um aumento da realização das análises por parte dos municípios. Em 2017, 80% dos municípios realizaram análises para o parâmetro de coliformes totais, o procedimento mais necessário e complexo, uma vez que se trata de uma análise microbiológica, realizada quase exclusivamente no Laboratório Estadual (LACEN). Cabe destacar, porém, que 15 municípios não realizaram nenhum tipo de análise.

Cabe à SES estimular, capacitar e monitorar os municípios com o objetivo de ampliar a quantidade de análises, assim como produzir relatórios sobre a avaliação da qualidade da água para subsidiar o processo de tomada de decisão do gestor municipal. Anualmente são elaborados relatórios de vigilância que orientam a gestão estadual e municipal, inclusive na elaboração dos planos municipais de saneamento básico, e também as concessionárias de serviço. Cabe destacar também a colaboração e parceria entre a equipe estadual do Vigiágua e o Ministério Público em inúmeras ações de defesa do direito humano à água. Os principais desafios são a rotatividade das equipes municipais, o que exige um constante processo de capacitação e a falta de condições estruturais para a realização dos procedimentos de coleta e análise.

No âmbito do VIGIAGUA, o monitoramento da qualidade da água não realiza sistematicamente a medição de metais pesados, como alumínio, iodo, etc. Este é um desafio, assim como o monitoramento e o assessoramento para o tratamento da água não encanada.

PLANO DE AÇÃO 2019

Objetivo	INICIATIVAS	Responsável	Órgãos Parceiros	PPA
1. Promover práticas e tecnologias sustentáveis de acesso e preservação da qualidade da água no meio rural.	Implementar projetos individuais e coletivos de abastecimento de água para o consumo humano e a produção (RioRural)	EMATER		37 - Rio Rural
	Implantar sistemas alternativos de saneamento rural (Rio Rural)	EMATER		
2. Conservar mananciais hídricos, incluindo proteção e preservação das florestas e nascentes.	Proteger nascentes, áreas de recarga e recuperação de mata ciliar (Rio Rural)	EMATER		
3. Assegurar a qualidade da água para consumo humano.	Monitorar a qualidade da água consumida pela população, de acordo com parâmetros definidos pelo Ministério da Saúde (SISÁGUA)	MS/SES	Secretarias Municipais de Saúde	Não Aplicável

CAPÍTULO 2 – AÇÕES PARA CONSOLIDAR O SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

O enfrentamento das condições geradoras da fome e da insegurança alimentar exige a implantação de ações integradas, formuladas a partir da articulação de diferentes áreas de atuação de Governo, da contínua participação da sociedade e da colaboração interfederativa (União, Estado e municípios). O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) é o instrumento criado pelo Estado brasileiro para promover essa articulação e integração entre entes federativos, políticas públicas e do Estado com a sociedade.

O Estado do Rio de Janeiro, acompanhando a trajetória de institucionalização da SAN como política de Estado, construída no Brasil a partir da LOSAN (Lei nº 11.046/06) e do Decreto nº 7.272/10, cria o Sistema e a Política Estadual

de SAN através da Lei nº 5.594/2009, alterada pela Lei nº 5.691/2010. Este processo foi iniciado pela mobilização social em torno do problema da fome e da necessidade de ações públicas voltadas a promoção da segurança alimentar e nutricional, que resultou na criação do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado do Rio de Janeiro – CONSEA-RJ. A partir da sua instituição pelo Decreto Estadual nº 33.276, de 27 de maio de 2003, o CONSEA-RJ vem protagonizando esforços no sentido de propor e reivindicar a implantação da Política e o SISAN no Estado. Nesta direção, coordenou a realização de quatro conferências estaduais de segurança alimentar e nutricional - CESAN (1ª CESAN em 2004, II CESAN em 2007, III CESAN em 2011 e IV CESAN em 2015) e o Encontro IV CESAN+2, em 2017. Estes eventos abriram espaço para a discussão da realidade do Estado e para a formulação participativa de diretrizes para a Política Estadual de SAN, além de viabilizarem a participação de representantes estaduais nas conferências nacionais.

Com a aprovação das leis supracitadas, o Estado passou a dispor de um Sistema composto não apenas pelo Conselho e pela Conferência, mas também por uma instância governamental intersetorial, responsável por acolher as deliberações destes espaços de diálogo entre o governo e a sociedade (CONSEA-RJ e CESAN), e transformá-las em políticas públicas. A promulgação da Emenda Constitucional nº 64, em 2010, que incluiu a alimentação entre os direitos sociais fixados no artigo 6º da Constituição Federal, reforçou a obrigação do Estado de planejar e adotar estratégias para assegurar este direito. Em 2011, o Governo do Estado reafirmou a disposição em construir instrumentos de promoção da SAN ao assinar a adesão ao SISAN, oportunidade na qual assumiu o compromisso de elaborar um plano estadual de segurança alimentar e nutricional, contendo programas e ações intersetoriais destinados a combater a fome e a promover a produção e o acesso a alimentos saudáveis.

Através dos Decretos nº 43.398, de 06/01/12, e do Decreto nº 44.232, de 07/06/12 a CAISANS e a LOSAN foram regulamentadas, criando as condições para a elaboração deste plano, que é principal instrumento de implementação da Política de SAN. A nomeação dos integrantes da CAISAN e a sua instalação ocorreram entre os meses de junho e julho de 2014. No entanto, as constantes alterações na estrutura e no corpo dirigente do Governo dificultaram o funcionamento da CAISAN, que teve o seu regimento aprovado apenas em março de 2018 (publicado no DOERJ de 16/11/2018). A partir de então, foram criadas as condições institucionais para a elaboração do I Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional - PLESANS.

O processo de elaboração do PLESANS-RJ contribuiu sobremaneira para o fortalecimento do SISAN, à medida que possibilitou o envolvimento das várias secretarias e órgãos do Estado em torno da segurança alimentar e nutricional e o diálogo entre a CAISAN e o CONSEA-RJ acerca das lacunas e dos desafios colocados para as instâncias do Sistema. O diagnóstico construído pelo CONSEA-RJ e os resultados da 4ª CESAN +2 também foram documentos que forneceram orientação à sua elaboração. Esta oportunidade de executar de forma efetiva as competências atribuídas no Sistema aos componentes estaduais do SISAN está contribuindo para o fortalecimento destas instâncias (CAISANS, CONSEA-RJ). A consolidação do Sistema, por sua vez, demanda a sua capilarização através da integração dos municípios neste esforço nacional. No entanto, ainda é muito reduzido o número de municípios fluminenses que possuem os componentes

municipais do Sistema, condições para que sejam formuladas e implementadas políticas capazes de enfrentar as situações que geram insegurança alimentar onde as pessoas vivem e demandam ações do poder público: o município.

Dos 92 municípios do Estado, 29 municípios responderam ao MAPASAN de 2014, mapeamento periódico realizado pela CAISAN Nacional para identificar os componentes do SISAN e as ações de SAN existentes nos Estados e Municípios. Destes, 13 declararam ter COMSEA (10 com proporcionalidade de 2/3 da sociedade civil e presididos por ela), 12 realizaram conferências municipais entre 2003 e 2014 e 10 possuem um espaço específico para a gestão das ações de SAN, sendo dois com secretaria exclusiva para abastecimento alimentar. Em três municípios o COMSEA possui caráter deliberativo e esta mesma quantidade declarou receber denúncias de violação ao DHAA, relacionadas à inadequação de ações voltadas a grupos específicos e à falta de acesso ao crédito pela agricultura familiar (MDS, 2014).

Buscando contribuir para a consolidação do SISAN no Estado, a CAISANS, em parceria com o CONSEA-RJ, tem investido na sensibilização, mobilização e orientação dos municípios visando estimular a implantação dos componentes municipais do SISAN e incentivar a adesão deles ao Sistema. Para tanto, foram realizadas 04 oficinas regionais de fortalecimento do SISAN nas regiões Metropolitana (Duque de Caxias), Costa Verde (Angra dos Reis), Serrana (Petrópolis) e Vale do Paraíba (Volta Redonda), que contaram com a participação de 125 pessoas de 30 municípios. Nestas oficinas, os municípios obtiveram informações acerca dos procedimentos para a constituição dos componentes municipais do Sistema e para a adesão ao SISAN, além de conhecerem as experiências dos municípios que já formalizaram esta adesão. Além destas oficinas, foram realizadas reuniões presenciais com os municípios de São Gonçalo, São João de Meriti, São Fidélis e Teresópolis e a apresentação do SISAN na reunião da Comissão Intergestora Bipartite – CIB do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, para disseminar informações para os municípios e estabelecer articulação entre os sistemas SUAS e SISAN.

Duque de Caxias e Volta Redonda foram os primeiros municípios do Estado a aderirem ao SISAN e os municípios de Niterói, Nova Iguaçu e Campos de Goytacazes estão em processo avançado de formalização da sua adesão. Um dos 25 municípios brasileiros que declararam possuir um plano municipal de SAN é fluminense. O município de Duque de Caxias publicou o 1º Plano Municipal de SAN para o período 2017/2020 através da Lei Municipal nº 2.718/2016. Este plano está organizado em quatro eixos e contém 42 metas e indicadores.

Esta trajetória gerou importantes aprendizados que permitem indicar alguns apontamentos para o fortalecimento do SISAN no Estado: a) a atuação dos componentes estaduais deve buscar sinergia com o CONSEA Nacional, a CAISAN Nacional e suas congêneres municipais; b) o investimento no exercício da intersetorialidade deve nortear o processo de coordenação da execução do I Plano; b) o diálogo propositivo entre Governo e sociedade civil é um caminho profícuo que deve ser buscado para fazer avançar a Política de SAN no Estado; d) a substância das discussões, proposições e ações do CONSEA-RJ e da CAISANS deve ser buscada na garantia da diversidade de segmentos e secretarias neles

representados; e) o fortalecimento da participação social é um elemento chave para o monitoramento do I PLESANS e para a elaboração do II Plano;

A despeito dos importantes avanços que esta trajetória possibilitou, ainda estamos em um Estado onde a maioria esmagadora dos municípios não dispõe dos componentes do SISAN e apenas 10 municípios possuem o COMSEA instituído. Mesmo nestes, o Sistema ainda não é uma realidade, seja pela fragilidade dos conselhos municipais, alguns deles puramente cartoriais, seja pela inexistência dos demais componentes: CAISANS e conferências municipais. Neste contexto, a consolidação do SISAN se coloca como um desafio e uma condição para a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada no Estado. Para isto, será necessário empreender esforços no sentido: a) do fortalecimento do CONSEA-RJ e da CAISANS; b) da execução e do monitoramento do I Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional; c) da mobilização e da formação dos municípios visando a constituição dos componentes municipais do SISAN e sua adesão ao Sistema; d) da realização da 5ª Conferência Estadual; e) da elaboração do II Plano Estadual de SAN a partir de um processo mais consistente de participação social; f) da criação de um mecanismo de diálogo entre o CONSEA-RJ e os conselhos municipais; g) da instituição de instrumentos para o co-financiamento da gestão do SISAN; h) da integração dos programas e ações de segurança alimentar, que atuam de forma relativamente dispersa, a partir da elaboração do II Plano Estadual de SANS.

PLANO DE AÇÃO 2019				
Objetivos	Iniciativas	Responsável	Órgãos Parceiros	PPA
4. Consolidar o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN no Estado do Rio de Janeiro	Realizar a 5ª Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional	CONSEA-RJ	CAISANS	111 - Segurança Alimentar e Nutricional
	Promover a formação de conselheiros estaduais de segurança alimentar e nutricional	CONSEA-RJ	CAISANS	
	Realizar oficinas regionais de mobilização e formação de técnicos municipais e representantes da sociedade civil dos municípios sobre SAN, DHAA e SISAN	CAISANS	CONSEA-RJ	
	Monitorar o I Plano Estadual de SAN	CAISANS	CONSEA-RJ	
	Elaborar o II Plano Estadual de SAN	CAISANS	CONSEA-RJ	

CAPÍTULO 3: DESAFIOS INTERSETORIAIS DE SANS

Os desafios intersetoriais aqui apresentados são aqueles que se destacaram durante o processo de diálogo entre os diversos setores de governo e de consulta ao CONSEA-RJ como questões a serem enfrentadas por um esforço conjunto dos órgãos e secretarias a partir de estratégias integradas. Apontam para a necessidade de: i) ampliação da visibilidade e valorização de agentes e sujeitos de direitos fundamentais para assegurar a soberania alimentar e o direito humano à alimentação adequada no estado; ii) manutenção, ampliação e qualificação de iniciativas já existentes; iii) instituição de novas iniciativas e políticas públicas de caráter intersetorial. Eles figuram como horizonte estratégico para: i) a formação de grupos de trabalho intersetoriais que poderão vir a ser formados e coordenados pela CAISANS, ii) temas prioritários a serem aprofundados na próxima conferência estadual de SANS, em 2019; iii) desafios prioritários a serem incorporados ao plano quadrienal de SANS (2020-2024), que deverá ser elaborado no âmbito do Plano Plurianual 2020-2024.

1 - Fortalecer a agricultura familiar e urbana de base agroecológica, a economia solidária e a pesca artesanal como estratégia fundamental para a promoção da SAN

Apesar de invisibilizada nos debates sobre o desenvolvimento, o ERJ conta com uma agricultura familiar expressiva, que ocupa pouca terra, mas que produz grande diversidade de alimentos. Observa-se nos últimos anos o fortalecimento da agroecologia, o aumento e diversificação da oferta de alimentos de qualidade produzidos sem agrotóxicos e sem transgênicos, a multiplicação das feiras da agricultura familiar, agroecológicas e orgânicas, de iniciativas de agricultura urbana, de economia solidária e de grupos de consumo, em todas as regiões do estado. Há, portanto grande potencial de ampliação de produção de alimentos diversificados, saudáveis e adequados, contanto que seja valorizado o grande potencial que a agricultura familiar tem de contribuir de forma muito mais significativa para a geração de trabalho e renda no campo e na cidade, a conservação ambiental e a promoção da segurança alimentar e nutricional do conjunto da população de nosso estado. Isto implica:

- No fortalecimento institucional e orçamentário das instituições, políticas e programas direcionados a estas formas de organização social e produtiva, com destaque para a continuidade do Rio Rural;
- Na instituição e implementação de uma política estadual de agroecologia e de produção orgânica;
- Na elaboração de uma estratégia intersetorial e participativa de compras institucionais;
- Na elaboração de uma estratégia de combate ao desperdício de alimentos;
- Na constituição de uma comissão permanente intersetorial, no âmbito da CAISAN, para proposição de normas sanitárias adequadas a realidades dos empreendimentos da agricultura familiar e da economia solidária, com participação de entidades públicas federais e municipais, universidades e organizações da sociedade civil.

2 – Promover ações de educação alimentar e nutricional nos programas e nos equipamentos públicos

O enfrentamento da epidemia de sobrepeso e obesidade, do desperdício de alimentos e o incentivo à adoção de práticas alimentares saudáveis exigem a promoção de uma estratégia abrangente e intersetorial de educação alimentar e nutricional. Esta estratégia deve articular aos programas e equipamentos destinados a ampliação do acesso e da produção de alimentos, um leque amplo de ações destinadas a ampliar a informação, a troca de saberes, a produção coletiva de conhecimento e a valorização do saber dos sujeitos sobre os alimentos e a alimentação e sua interface com a saúde, o meio ambiente e a realidade socioeconômica e cultural das localidades. Para isto, será necessário:

- Incentivar a realização de ações de educação alimentar e nutricional nos programas e equipamentos da assistência social (CRAS, CREAS, Centros Pops), da educação (escolas), da saúde (PSFs), de segurança alimentar e nutricional (restaurantes populares, bancos de alimentos, cozinhas comunitárias) e abastecimento (CEASAs, mercados produtores, feiras livres);
- Investir na formação em SAN e DHAA;
- Estimular a formação de uma rede de educação alimentar e nutricional no Estado, a ser composta por agentes públicos e pessoas da sociedade civil;
- Investir na produção e disseminação de campanhas e conteúdos relacionados à alimentação saudável.

3 – Formular e implementar programas e ações adequadas às especificidades socioculturais da população indígena e dos povos e comunidades tradicionais e sua inserção prioritária nas políticas públicas

A valorização dos direitos econômicos, sociais e culturais de povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e seu reconhecimento enquanto sujeitos de políticas públicas é ainda recente. Se por um lado observamos a rápida ascensão destas categorias políticas, por outro, é lenta a capacidade do estado de responder a esta agenda de direitos, o que exige a criação de novos marcos legais e de políticas integradas.

No ERJ há uma forte atuação dos movimentos sociais e organizações da sociedade civil em defesa dos direitos territoriais e preservação do patrimônio cultural, especialmente no que diz respeito à população negra, quilombola e de matriz africana. Comunidades quilombolas, urbanas e rurais, casas e terreiros de povos de matriz africana são cada vez mais valorizados enquanto espaços de acolhimento social, de assistência alimentar, e de preservação da tradição e do patrimônio histórico, sendo as comidas rituais, conhecidas como “comidas de axé”, para além de seu valor espiritual, parte do patrimônio cultural alimentar afro-brasileiro, devendo, portanto, ser valorizadas, respeitadas, protegidas e preservadas com políticas públicas.

Apesar do crescimento observado nos últimos anos, o que se observa é que as políticas estaduais voltadas para povos indígenas, povos e comunidades tradicionais são ainda escassas, e que os diversos setores que atuam junto a estes segmentos da população pouco se conhecem. Portanto, um desafio a ser enfrentado é a promoção do diálogo, coordenação e planejamento intersetorial das estratégias estaduais e municipais voltadas para a segurança alimentar e nutricional de povos indígenas, povos e comunidades tradicionais. Isto requer:

- O mapeamento dos PCTs do ERJ e a construção de uma estratégia de busca ativa para inclusão no CadÚnico, em parceria com os municípios;
- A formação de uma Comissão Intersectorial estadual de desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, nos moldes da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT);
- A realização de editais específicos de apoio às iniciativas locais de SAN e projetos que valorizam o patrimônio cultural e alimentar de povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e comunidades de matriz africana.

4 – Formular uma estratégia metropolitana para expansão da rede de proteção e promoção social voltada à população em situação de rua

O diagnóstico construído no âmbito deste I PLESANS identificou o crescimento da população em situação de rua e a insuficiência dos instrumentos do Estado para fazer frente a este aumento. Isto se reflete na ausência de informações capazes de dimensionar o contingente e o perfil desta população, bem como para compreender as diversas razões que tem resultado na expressiva ampliação de pessoas morando nas ruas. A não inclusão desta população no CadÚnico e a insuficiência da rede de proteção social, intensificada pela crise fiscal enfrentada pelo Estado e pelos municípios, que resultou na fragilização de programas sociais como o Restaurante Cidadão, o Renda Melhor e o Aluguel Social, são situações que devem ser enfrentadas como um desafio intersectorial e interfederativo. Isto demandará:

- O mapeamento da população em situação de rua;
- O incentivo à busca ativa e a inclusão da população em situação de rua no CadÚnico e nas políticas de transferência de renda;
- A pactuação com os municípios para a expansão e qualificação da rede de proteção social;
- A discussão de uma estratégia metropolitana para a inserção prioritária dessa população nas políticas públicas e para a criação de mecanismos de inclusão produtiva a partir da agricultura urbana e da economia solidária;
- A reativação dos Restaurantes Cidadãos.

5 – Fortalecer as Condições de Implementação do I Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional

Sustentável

Diante do conjunto de ações e objetivos apresentados, cabe indicar que a implementação do I PLESANS demanda a consolidação de uma infraestrutura institucional e de gestão compatível com a dimensão das políticas e programas necessários para a garantia da SAN e do DHAA. Esse contexto de implementação depende da existência de uma instância específica de coordenação intersetorial e gestão da Política de SAN na estrutura institucional do Governo Estadual, bem como de ação orçamentária específica, de forma a viabilizar a gestão e sustentabilidade das ações previstas. Um dos desafios é a dificuldade que setores das secretarias que compõe o governo do ERJ enfrentam para operacionalizar recursos transferidos pelo governo federal, como especialmente destacado em relação ao Fundo de Alimentação e Nutrição (FAN) transferido para implementar as ações de Alimentação e Nutrição em municípios fluminenses com mais de 30 mil habitantes. Os entraves burocráticos enfrentados pela Área Técnica de Alimentação e Nutrição da Secretaria de Estado de Saúde do RJ para a utilização do FAN, não são exclusivos desse setor de políticas, uma vez que em outras secretarias e órgãos de governo (como na Assistência Social) a não utilização de recursos financeiros transferidos do governo federal por dificuldades semelhantes também ocorre. Essa questão não é um desafio exclusivo do ERJ, uma vez que também afeta outros estados da federação, mas trata-se de questão estratégica que merece ser especialmente considerada para que haja condições efetivas de implementação do I PLESANS. Outro entrave é a sobreposição dos sistemas de informação e vigilância, o que se observa especialmente no campo da saúde. Caberia, portanto, considerar:

- A manutenção e devida estruturação de um espaço institucional destinado à gestão da política de segurança alimentar e nutricional sustentável;
- A garantia do financiamento dos programas estaduais e municipais de SAN;
- A identificação de estratégias de gestão para o enfrentamento da subutilização dos recursos federais transferidos;
- A unificação dos sistemas de informação da saúde;
- O enfrentamento do déficit de trabalhadores que atuam nas diversas secretarias e instituições diretamente envolvidos na gestão das políticas de SAN;
- A qualificação dos processos e condições de trabalho e a educação continuada em SAN e DHAA dos envolvidos nas políticas, nos programas e nos espaços institucionais de gestão e de participação social que integram a Política de SAN.

CAPÍTULO 4 - MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O monitoramento e avaliação do I PLESANS deverá ser feito por meio de indicadores que permitam aferir a realização progressiva do DHA e o grau de implementação do plano. Terá como princípios a participação social, a transparência, a publicidade e a facilidade de acesso às informações. Caberá à CAISANS a responsabilidade sobre o monitoramento e a avaliação, e ao CONSEA o acompanhamento das informações produzidas. Entende-se que os encontros de avaliação das conferências estaduais (CESAN+2) são espaços estratégicos para a avaliação e o monitoramento dos planos estaduais.

O sistema de monitoramento deverá organizar, de forma integrada, os indicadores existentes nos diversos setores, de forma a tornar possível o monitoramento dos objetivos relacionados a cada uma das cinco diretrizes do I PLESANS. Neste primeiro Plano ainda não foi possível a definição de metas para cada uma das iniciativas propostas, o que deverá ser buscado na elaboração do II PLESANS (2020-2023). O processo de monitoramento e avaliação deverá também identificar os grupos populacionais mais vulneráveis à violação do direito humano à alimentação adequada, consolidando dados sobre desigualdades sociais, étnico-raciais e de gênero.

A seguir, são apresentados os indicadores de SAN para cada diretriz do Plano e as dimensões de análise a eles associadas. Os dados deverão ser desagregados por urbano/rural, raça/cor, etnia e gênero sempre que houver informação disponível. Os indicadores propostos poderão ser complementados por dados de estudos quantitativos e qualitativos capazes de qualificar as análises.

Diretriz 1 - Promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional			
Objetivos	Órgão Responsável	Indicadores de produto	Indicadores de contexto e resultados
Assegurar a transferência de renda às famílias, idosos e pessoas com deficiência, em situação de pobreza.	SECTIDS	<ul style="list-style-type: none">• Nº de famílias no CadÚnico• Nº de famílias que recebem PBF• Nº de pessoas que recebem o BPC• Nº de técnicos municipais capacitados	<p>Evolução da taxa de pobreza e extrema pobreza (urbano, rural, gênero, raça/cor) (PNAD/IBGE)</p> <p>Evolução do rendimento médio domiciliar per capita (urbano, rural, gênero, raça/cor) (PNAD/IBGE)</p>
Ofertar refeições e alimentos, em equipamentos públicos de segurança alimentar e	SECTIDS CEASA	<ul style="list-style-type: none">• Nº de restaurantes cidadãos em funcionamento• Nº de refeições diárias servidas nos restaurantes cidadãos	<p>Evolução do índice de</p>

nutricional e da rede sócio assistencial		<ul style="list-style-type: none"> • Nº de refeições diárias servidas nos CRAS e CREAS • Nº de Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua • Nº de refeições diárias servidas nos Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua • Nº de Bancos de Alimentos • Toneladas/mês distribuídas pelos Bancos de Alimentos • Nº de entidades sócio assistenciais beneficiadas com alimentos doados pelos Bancos de Alimentos 	<p>insegurança alimentar (leve, moderada e grave) (PNAD/IBGE)</p> <p>Custo da Cesta Básica na capital (DIEESE)</p> <p>% de idosos em relação à população total (PNAD/IBGE)</p> <p>Nº de pessoas em situação de rua</p>
Ofertar alimentação saudável e adequada na rede estadual de ensino.	SEEDUC	<ul style="list-style-type: none"> • Nº de estudantes da rede estadual atendidos pelo PNAE • Nº de diretores escolares e manipuladores capacitados • Nº de testes de aceitabilidade realizados • Nº de refeições diárias servidas a adolescentes usuários do sistema socioeducativo • Nº de refeições diárias servidas aos alunos das escolas técnicas • Nº de refeições diárias servidas nos Restaurantes Universitários 	

Diretriz 2 - Promoção do Abastecimento e Estruturação de Sistemas Descentralizados, de Base Agroecológica e Sustentáveis de Produção, Extração, Processamento e Distribuição de Alimentos

Objetivos	Órgão Responsável	Indicadores de produto	Indicadores de contexto e resultados
Promover a produção de alimentos saudáveis e sustentáveis através do fortalecimento da agricultura familiar e de sistemas de produção de base agroecológica.	SEAPPA	<ul style="list-style-type: none"> • Nº de projetos individuais e coletivos para a transição ecológica apoiados • Nº de projetos de agroindústria apoiados • Nº de projetos de fruticultura irrigada apoiados • Nº de quintas produtivos implementados • Nº de unidades de produção e 	<p>Nº de estabelecimentos da agricultura familiar (Censo Agropecuário/IBGE)</p> <p>Área ocupada pela AF em relação à área total de produção (Censo Agropecuário/IBGE)</p>

		<p>beneficiamento de sementes orgânicas implementadas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Nº de Planos Executivos de Micro bacias em implementação • DAPs emitidas (AF e assentados da reforma agrária) e percentual de cobertura; • Nº de famílias da AF atendidas com ATER • Nº de famílias assentadas rurais atendidas com ATER • % das atividades de ATER destinadas a mulheres e jovens • Nº de agentes de ATER qualificados • Nº de operações de crédito efetivadas no âmbito do PRONAF • Nº de AF atendidos com o Seguro da Agricultura Familiar – SEAF 	<p>% de alimentos comercializados na CEASA provenientes de outros estados</p> <p>% de alimentos desperdiçados na CEASA</p> <p>% de alimentos insatisfatórios para o consumo (PARA)</p>
Promover o abastecimento e o acesso regular e permanente à alimentação adequada e saudável	SEAPPA	<ul style="list-style-type: none"> • Toneladas de alimento por dia comercializadas na CEASA • Nº de agricultores familiares do ERJ que comercializam na CEASA • % de alimentos comercializados na Cesa provenientes do ERJ; • Quantidade de alimentos doada pelos Bancos de Alimentos 	
Ampliar a participação de agricultores familiares no abastecimento dos mercados institucionais.	SEAPPA	<ul style="list-style-type: none"> • Nº de Agricultores Familiares que fornecem alimentos para o mercado institucional (individual, grupos e cooperativas) • Valor total das aquisições no âmbito do PAA • Valor total das aquisições no âmbito do PNAE; • Valor total das aquisições no âmbito de outras compras institucionais • Valor total da aquisição da pesca artesanal e aquicultura nos programas de compras institucionais • % dos recursos do PNAE destinados à AF 	
Democratizar o acesso à	ITERJ		

terra e promover o desenvolvimento sustentável de assentamentos urbanos e rurais.		<ul style="list-style-type: none"> • Nº de novos assentamentos rurais • Nº de famílias assentadas • Nº de titulações por ações de Usucapião • Nº de projetos de infraestrutura, habitacionais e de geração de trabalho e renda implantados nos assentamentos 	
Ampliar e qualificar a produção de pescado através do desenvolvimento sustentável da pesca e da aquicultura.	FIPERJ	<ul style="list-style-type: none"> • Nº de municípios monitorados • Nº de pescadores atendidos com ATEPA • Nº de DAPs emitidas a pescadores e aquicultores; • Kg de alevinos distribuídos; • Nº de pesquisas aplicadas em pesca e aquicultura realizadas • Nº de pessoas capacitadas em cursos de beneficiamento do pescado e de piscicultura 	

Diretriz 3 – Promoção, universalização e coordenação das ações de segurança alimentar e nutricional voltadas para povos indígenas, povos e comunidades tradicionais.

Objetivos	Órgão Responsável	Indicadores de produto	Indicadores de contexto e resultados
Promover a regularização fundiária e a inclusão produtiva de comunidades quilombolas	ITERJ	<ul style="list-style-type: none"> • Quantidade de hectares titulados em benefício de comunidades quilombolas • Nº de famílias quilombolas atendidas com ATER • Nº de DAPS emitidas a PCTs 	<p>Nº total de terras indígenas tituladas e em processo de demarcação (FUNAI)</p> <p>Nº total de territórios quilombolas titulados e em processo de demarcação (Fundação Palmares)</p>
Promover o acesso dos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais às políticas públicas	SECTIDS EMATER	<ul style="list-style-type: none"> • Nº de PCTs incluídos no CadÚnico. • Nº de PCTs que fornecem alimentos para o mercado institucional (individual, grupos e cooperativas) 	Nº de casas de matriz africana
Preservar o patrimônio cultural alimentar dos povos indígenas, povos de matriz africana e demais povos e comunidades	SEC	<ul style="list-style-type: none"> • Nº de projetos apoiados 	Evolução do déficit de peso para idade de crianças quilombolas e indígenas, de 0 a 5 anos, acompanhadas nas condicionalidades do PBF (CadÚnico e SISVAN)

tradicionais e promover a transmissão de seus saberes, significados e vivências alimentares.			
Diretriz 4 - Promoção da alimentação adequada e saudável, pelo fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis da atenção à saúde, estratégias de educação alimentar e medidas regulatórias			
Objetivos	Responsável	Indicadores de produto	Indicadores de contexto e resultados
Enfrentar a tendência de crescimento das taxas de sobre peso e obesidade, especialmente entre o público infantil, de modo a prevenir Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs).	SES/MS	<ul style="list-style-type: none"> % de municípios com PSE apoiados anualmente para as ações de promoção da saúde % de municípios com divulgação dos guias existentes % de municípios apoiados para promoção de ações de EAN % de famílias acompanhadas 	<p>% de adultos que consomem frutas e hortaliças em cinco ou mais dias da semana (VIGITEL, para a capital)</p> <p>% de adultos que consomem refrigerantes em cinco ou mais dias da semana (VIGITEL, para a capital)</p>
	SES/SAS-SAB	<ul style="list-style-type: none"> Nº de regiões apoiadas para a qualificação das ações de atenção básica no âmbito da linha de cuidado da obesidade Grupo de Trabalho coordenado em parceria com a Secretaria de Estado de Educação Evento realizado com a parceria da UERJ Nº de atividades realizadas de qualificação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), nos temas relacionados ao uso de Álcool e Drogas na Infância/adolescência 	<p>% de adultos que consideram seu consumo de sal alto ou muito alto (VIGITEL, para a capital)</p> <p>Evolução do sobrepeso e obesidade em adultos (VIGITEL, para a capital)</p> <p>Evolução do sobrepeso e obesidade em crianças menores de cinco anos (SISVAN)</p>
Controlar e prevenir os agravos e doenças consequentes da insegurança alimentar.	SES/MS	<ul style="list-style-type: none"> Nº de crianças de 6 a 48 meses que receberam suplementação % de famílias do PBF que tem as condicionalidades de saúde acompanhadas 	<p>% de macronutrientes no total de calorias na alimentação domicilia (POF)</p>
	SES/SAS-SAB	<ul style="list-style-type: none"> Nº de boletins elaborados sobre o monitoramento das condicionalidades de saúde do Programa Bolsa Famílias 	<p>% de óbitos no estado do Rio de Janeiro por DCNTs (Sistema de Informação sobre Mortalidade/SES)</p>
Diminuir ou prevenir riscos à saúde e intervir nos problemas sanitários decorrentes da produção e circulação de alimentos.	SES/MS	<ul style="list-style-type: none"> Nº de encontros com representantes da indústria de alimentos realizados 	<p>Evolução da desnutrição infantil (PNDS/IBGE)</p>
	SES/SVS-SUVISA	<ul style="list-style-type: none"> Nº de capacitações das VISA's realizadas 	<p>Prevalência de carências nutricionais (Vitamina A e Ferro) (PNDS/IBGE)</p>

Monitorar o padrão alimentar, o estado nutricional, a prevalência de sobrepeso, obesidade e fatores associados ao consumo de alimentos não saudáveis.	SES/MS	<ul style="list-style-type: none"> • % de cobertura do SISVAN • % de municípios que participam de atividades de formação para a gestão do SISVAN. 	
	SES	<ul style="list-style-type: none"> • Ações previstas no Plano Estadual de Ações estratégicas para enfrentamento das DCNT 	
Proteger e promover o aleitamento materno.	SES/MS	<ul style="list-style-type: none"> • Nº de Bancos de Leite • Nº de unidades de saúde credenciadas como Hospitais Amigos da Criança • Nº de unidades de saúde credenciadas como Unidade Básica Amiga da Amamentação. • Nº de Salas de Apoio à Mulher Trabalhadora que Amamenta implementadas. 	
	SES	<ul style="list-style-type: none"> • Materiais Divulgados • Nº de atividades realizadas 	
Aperfeiçoar os mecanismos de gestão e controle do uso de agrotóxicos.	SES/MS/ANVISA	<ul style="list-style-type: none"> • Nº de municípios que tem o nível de agrotóxicos na água encanada analisada; • Nº de amostras monitoradas por resíduo de agrotóxicos; • Nº de análises para o monitoramento de agrotóxicos na água para consumo humano. 	% de amostras de alimentos insatisfatórias para consumo (PARA)

Diretriz 5 - Promoção do acesso universal a água de qualidade e em quantidade suficiente, com prioridade para as famílias em situação de insegurança hídrica e para a produção de alimentos.

Objetivo	Responsável	Indicadores de produto	Indicadores de contexto e resultados
Promover práticas e tecnologias sustentáveis de acesso e preservação da qualidade da água no meio rural.	EMATER	<ul style="list-style-type: none"> • Nº de projetos individuais e coletivos de abastecimento de água para o consumo humano e a produção implementados • Nº de sistemas alternativos de saneamento rural implementados 	% de domicílios atendidos com rede de abastecimento de água (PNAD/IBGE) % de domicílios dotados de esgotamento sanitário (PNAD/IBGE)
Conservar mananciais hídricos, incluindo proteção e preservação	EMATER	<ul style="list-style-type: none"> • Nº de projetos de proteção de nascentes implementados 	% de escolas da educação básica, segundo o tipo de abastecimento de água (SISAGUA/MS)

das florestas e nascentes.			Conformidade da qualidade da água, quanto a padrão de potabilidade, turbidez e coliformes totais (SISAGUA/MS)
Assegurar a qualidade da água para consumo humano.	SES	<ul style="list-style-type: none"> • % dos municípios realizaram análises para o parâmetro de coliformes totais • % de municípios que passaram por processos de capacitação para a gestão do SISAGUA 	